



*Uma saga de
aprendizado,
consciência
e serviço*

DA
MATÉRIA
AO **ESPÍRITO**

*Uma saga de aprendizado,
consciência e serviço*

HÉLIO ABREU FILHO

Da Matéria ao Espírito

Uma saga de aprendizado, consciência e serviço

“A matéria nos ensina a perguntar; o espírito, a reconhecer a responsabilidade. Quando o conhecimento se transforma em cuidado, a travessia encontra seu sentido.”

— Demétrius

Hélio Abreu Filho
www.helioabreufilho.com.br

Sumário

Apresentação — O fio da história que atravessa as vidas
Como ler as vozes da saga

Introdução — A pergunta que acompanha a estrada
O que buscamos reconhecer ao longo do caminho
Entre o que sabemos e o que ainda interrogamos
Conhecer para servir — objetivos da travessia

Prólogo — Antes da estrada: a primeira aula

Primeira travessia — O mundo que os viajantes tocavam
Da criação à matéria: o primeiro mistério do caminho
Do invisível aos campos: o que a matéria ainda nos ensina
O que muda e o que permanece: massa, energia e transformação

Segunda travessia — O corpo também é caminho
Forças que atravessam a matéria: eletricidade e magnetismo
Sinais no corpo: nervos, raios e antigas perguntas
Entre o céu e a terra: raios, cargas e movimento

Terceira travessia — Quando a matéria parece responder
Responder é pensar? A pergunta diante dos materiais
Do pensamento ao gesto: sinais, cérebro e ação
Quando o pensamento procura alcançar a matéria
O pensamento e seus efeitos possíveis
A pergunta sobre a ação espiritual
Objetos que se movem: relato, hipótese e exame
O que a física pode dizer — e onde precisa parar
O que podemos guardar até aqui
O que o corpo emana: outra pergunta em aberto
Quando a distância não apaga a presença
Tempo, matéria e presença diante do transcendente

Quarta travessia — Quando o cuidado entra na estrada
O magnetismo entre o gesto e o cuidado
O amor pode irradiar?
Prece, passe e harmonização: quando cuidar também é investigar
Explicar menos, observar melhor
Quando duas experiências se encontram sem combinar-se
Pensamento, intenção e responsabilidade moral
Quando a metáfora ajuda — e quando confunde
O passe visto por seus efeitos
A fronteira que ainda não sabemos atravessar
Jesus e a medida moral da cura

Quinta travessia — A estrada cigana: aprender para viver
Antes da partida: os saberes que a falange precisava levar
Quem caminha com quem: nomes, vínculos e memória
Ofícios que passam de mão em mão

Quando a falta se transforma em compromisso
Santa Cília por volta de 1550 — o que a história permite afirmar
Santa Cília e o corredor do Aragón: a vila na estrada
A rota das estações — reconstrução narrativa
Quando a inspiração precisa tornar-se obra
Mocinha — a mulher que guardou o fio da história cigana
Perguntas para não esquecer
O que a energia pode fazer com a matéria?
Até onde o átomo nos leva?
Quando uma força altera a matéria
O céu elétrico: raios e campos
Responder é pensar?
Podemos medir o transcendente?
Amor, prece e cura: o que realmente sabemos?
Transformação prova um Criador?
Moral e capacidade de agir
A pergunta que reúne a viagem: o que afinal estamos aprendendo?
Sexta travessia — O retorno: memória, responsabilidade e serviço
O que a memória guarda: sofrimento, história e escolha de seguir
Os três rios: História, Evangelho e mediunidade
O arco se fecha no serviço
Há um tempo de saber e um tempo de dizer
Conclusão — Da matéria ao espírito, do saber ao servir
Referências e bases de consulta
Fontes históricas para Santa Cília e o corredor pirenaico

Apresentação — O ‘fio da história’ que atravessa as vidas

Este livro começa com uma pergunta que não se deixa prender a uma única disciplina: *se tudo procede de Deus, como compreender as relações entre energia, matéria, vida, pensamento e espírito?* As perguntas que o formaram passaram pela eletricidade, pelo magnetismo, pelo sistema nervoso, pelos raios, pela massa e pela velocidade. Chegaram também à prece, ao amor, à moralidade, à cura e à possibilidade de uma ação espiritual sobre a matéria. A variedade dos assuntos não é dispersão: é o movimento de uma busca.

Como espírita, parto da convicção de que tudo veio de Deus e permanece ligado às leis divinas. Algumas relações nos são acessíveis; outras talvez ainda não possam ser compreendidas no estágio moral e intelectual em que vivemos. Essa convicção não transforma o desconhecido em resposta pronta. Ela abre um horizonte: investigar conexões possíveis, reconhecer o que já alcançamos e admitir, sem constrangimento, aquilo que ainda não sabemos.

A ciência participa dessa caminhada por meio do que observa, mede, testa e revê. Seus conhecimentos oferecem referências concretas para pensar a realidade. Não os tomo como completos, nem uso suas lacunas como prova de uma explicação espiritual. O propósito é aproximar saberes com responsabilidade: distinguir o que foi confirmado, o que é interpretação, o que pertence à doutrina espírita, o que constitui hipótese deste autor e o que permanece em aberto.

A busca, porém, não termina na explicação dos fenômenos. Ela se volta à vida humana. Se estamos ligados a uma origem comum, que consequências isso traz para a maneira como cuidamos, trabalhamos, distribuímos recursos e reconhecemos a dignidade dos outros? A imagem do porteiro de um banco que, em outra existência, pudesse ter sido filho de seu atual proprietário funciona como uma provocação moral: o que mudaria em nossas relações se a posição social não apagasse o vínculo espiritual entre as pessoas? A regeneração começa também na revisão do modo como vivemos em conjunto.

Por isso, este livro se apresenta como uma etapa anterior aos ensaios filosófico-psíquicos construídos a partir do Evangelho. Seu trabalho é preparar o terreno: partir de perguntas sobre a matéria, acompanhar a passagem para a consciência e o espírito e chegar às possibilidades de transformação moral, cuidado e esperança. Não pretende inventar uma nova doutrina nem substituir caminhos já percorridos. Quer contribuir para que mais de um caminho possa ser reconhecido na busca de Deus e na superação de nossas mazelas.

Essa *travessia* é acompanhada por interlocutores literários. Hélio Abreu Filho conduz a investigação por meio da voz narrativa de Mateo; por isso, o texto pode referir-se a Hélio/Mateo ao tratar dessa função. O Hélio contemporâneo, o jovem interlocutor na cena espiritual de 1550 e a voz Mateo se articulam na construção do autor; a continuidade espiritual entre os planos é hipótese narrativa, não identificação histórica documentada. A participação de Mateo nos diálogos aproxima a investigação do leitor e não prova que tenha sido um quarto integrante histórico da falange. *Lucía* reúne presença relacional e memória afetiva associada a Lenir; a aproximação entre ambas é hipótese literária e espiritual do autor, não identidade

comprovada. Demétrius é o interlocutor espiritual da narrativa. Sua perspectiva não o torna autoridade científica: as afirmações sobre ciência devem ser examinadas pelas fontes e evidências próprias de cada campo.

Os interesses das vozes também se distinguem. **Lucía** procura compreender pressentimentos e sinais sem retirar de ninguém a liberdade de escolha. Hélio/Mateo formula perguntas sobre corpo, matéria e cuidado: Hélio busca compreender células, sistema nervoso e cura; Mateo organiza as perguntas, testa o alcance das respostas e faz a ponte com o leitor. **Leonel**, na comunidade de 1550, aprende e ajuda a transmitir saberes práticos. Luciano é a designação utilizada na narrativa para Leonel; a documentação institucional conserva o nome histórico Leonel Timóteo Pereira, conhecido como Nelito. A relação espiritual entre **Luciano** e o **Leonel** da narrativa é hipótese do autor, não identificação documental.

Na cronologia espiritual proposta pela narrativa, a preparação da falange situa-se por volta de 1550, e um retorno parcial é previsto para 1720. Nessa moldura, os personagens poderiam tomar conhecimento, no plano espiritual, de relações que só mais tarde seriam formuladas ou demonstradas na Terra. Parte dos princípios espirituais que chegariam à humanidade encarnada, alguns deles sistematizados na obra de Allan Kardec, poderia ser conhecida no plano espiritual antes de sua formulação terrestre. Essa possibilidade pertence à concepção espiritual e à construção narrativa do autor; não é apresentada como fato histórico comprovado nem como continuação autorizada de Kardec.

Em *O Livro dos Espíritos*, Kardec relaciona o esquecimento do passado à permanência de aquisições que podem auxiliar o Espírito por meio da intuição. Nesta obra, aplicar esse princípio à hipótese de que conhecimentos recebidos pela falange no plano espiritual permaneçam latentes e, quando houver condições, manifestem-se intuitivamente durante a encarnação é uma interpretação do autor, não uma afirmação literal de Kardec (Kardec, 1857, q. 392–399).

Nessa concepção espiritual, o conhecimento existente ou percebido no plano espiritual não se converte automaticamente em conhecimento humano. Sua comunicação dependeria de condições de compreensão, finalidade, responsabilidade e autorização. Missões e ocasiões excepcionais poderiam permitir antecipações, sem eliminar o dever de comedimento. Na narrativa, Demétrius sabe mais do que revela; parte de sua tarefa é reconhecer até onde pode conduzir cada pergunta.

Como ler as vozes da saga

As perguntas podem nascer de um personagem, mas a aula é coletiva.

Demétrius responde ao interlocutor sem transformar a experiência pessoal em verdade universal; o aprendizado é oferecido à falange e ao leitor.

As correspondências entre presente e passado são hipóteses narrativas e espirituais do autor, não identidades históricas demonstradas.

Voz da narrativa	Função no percurso e cautela de leitura
<i>Lucia / Lenir</i>	Pressentimentos, sinais e discernimento. Sua sensibilidade é colocada a serviço sem decidir pelos outros; a ligação entre Lucia e Lenir permanece hipótese literária e espiritual.
<i>Hélio / Mateo</i>	Hélio formula perguntas sobre corpo, matéria, sistema nervoso, célula e cura; Mateo organiza a investigação, testa o alcance das respostas e conduz o leitor entre dado, hipótese e interpretação.
<i>Inês / Mocinha</i>	Apoia o ensino e a transmissão de saberes com cuidado. As relações entre vidas e parentescos pertencem à memória narrativa do autor.
<i>Leonel / Luciano</i>	Na continuidade proposta pelo autor, aprende a transformar negociação, recursos e capacidade de mobilização em cuidado coletivo. Nos fatos da SERTE, preserva-se o nome histórico Leonel Timóteo Pereira, conhecido como Nelito.

Introdução — A pergunta que acompanha a estrada

O arco que orienta estas páginas parte do Todo, atravessa a experiência da existência particular e se volta novamente para o Todo. A imagem não é apresentada como lei física nem como descrição científica da criação. É uma chave filosófico-espiritual para pensar um percurso: origem, diferenciação, experiência, consciência e retorno. A matéria não aparece como erro ou prisão, mas como dimensão real da experiência, na qual a vida encontra limites, relações e escolhas.

Há, porém, uma segunda estrada dentro desse arco. A narrativa acompanha uma falange que se prepara para retornar à experiência encarnada e atravessar, ao longo dos séculos, diferentes condições de vida, convivência, aprendizado, reparação e serviço. Parte dessa trajetória será situada entre uma comunidade cigana particular, seus deslocamentos, ofícios, relações familiares, dificuldades e formas de transmissão de conhecimentos. Mais tarde, outros vínculos e outras existências serão aproximados, na interpretação espiritual do autor, da formação de uma obra de cuidado. Essas correspondências pertencem à memória e à hipótese espiritual que orientam a narrativa; não são apresentadas como identificação histórica demonstrada.

É por isso que as perguntas sobre matéria, energia, magnetismo, corpo e espírito não aparecem aqui como disciplinas isoladas. Aqueles que voltarão à vida material precisarão lidar com animais, plantas, metais, fogo, pedras, ferramentas, doenças, ferimentos, deslocamentos e necessidades concretas. Alguns aprenderão ofícios; outros estarão mais atentos aos pressentimentos, à mediunidade, à prece ou às formas de cuidado. Todos precisarão distinguir aquilo que observam da interpretação que atribuem ao observado.

Conhecer a matéria, nesse contexto, é também preparar-se para viver nela.

Conhecer suas forças não significa dominá-las todas. Significa aprender que cada fenômeno possui condições próprias e que uma semelhança não basta para provar identidade entre mecanismos. Do mesmo modo, perceber um sinal não significa compreender automaticamente sua origem; sentir uma influência não autoriza transformá-la em lei universal; possuir uma capacidade não garante que ela será usada com sabedoria.

No ponto em que o movimento se volta, podemos situar uma inflexão humana: a experiência começa a ser compreendida e a liberdade passa a responder pelo que faz. Para a falange desta narrativa, essa inflexão atravessa séculos de ajustes, reencontros e escolhas. Para a humanidade, manifesta-se quando conhecimento e poder deixam de servir apenas ao interesse particular e começam a orientar-se pelo cuidado e pelo bem comum. A regeneração não se limita, assim, ao destino individual; alcança relações, famílias, instituições, trabalho e formas coletivas de serviço.

As perguntas sobre energia e matéria oferecem o primeiro campo de observação. A relação entre massa e energia, os campos elétricos e magnéticos, a condução no corpo e a resposta dos materiais permitem reconhecer interações concretas. Mais adiante, pensamento, intenção, prece, passe e experiências atribuídas à ação espiritual ampliarão a investigação. Mas uma analogia entre esses domínios não basta para demonstrar que compartilham o mesmo mecanismo.

A rota cigana proposta nesta obra oferece o campo humano em que essas perguntas poderão ser experimentadas. O saber sobre metais encontrará os ofícios; o conhecimento do corpo encontrará o cuidado; a observação dos animais e das plantas exigirá experiência transmitida; os pressentimentos pedirão discernimento; a convivência exigirá confiança; e qualquer capacidade, material ou espiritual, será confrontada com sua finalidade moral. O conhecimento, portanto, não é preparado apenas para ser lembrado. É preparado para ser novamente aprendido e colocado à prova na vida.

Quando chegarmos às questões espirituais, não será para pedir à ciência uma resposta que seus métodos ainda não podem oferecer, nem para tratar a ausência de resposta como refutação definitiva. Também não se converterá possibilidade em fato. A cada passo, procuraremos dizer com clareza: isto foi medido; isto foi documentado; isto foi vivido ou relatado; isto pertence à compreensão espírita; isto é interpretação narrativa; isto é hipótese; isto ainda não sabemos.

Essa disciplina é particularmente necessária porque o livro aproxima tempos e campos distintos. A História poderá documentar lugares, instituições e acontecimentos; não demonstrará, por si, uma continuidade reencarnatória. A experiência mediúnica poderá ter significado para quem a vive; não substituirá o documento. A ciência poderá explicar determinados mecanismos da matéria; seus limites não provarão automaticamente uma causa espiritual. As camadas poderão dialogar sem que uma seja transformada em prova da outra.

O objetivo, portanto, não é apenas reunir bases filosóficas e pontos de conexão cientificamente estabelecidos para refletir sobre os caminhos que ligam a matéria ao espírito. É também compreender por que esse conhecimento interessaria a seres que precisariam regressar à matéria, viver em comunidade, reaprender ofícios, discernir percepções, reparar vínculos e transformar capacidade em serviço.

A cura de nossas mazelas será considerada em sentido amplo: corporal, psíquico, relacional, social e espiritual. Na saga, os séculos de preparação e ajustes não constituem mecanismo automático de reparação, nem transformam sofrimento em merecimento. Representam a hipótese de que experiências sucessivas possam oferecer novas oportunidades de reconhecer danos, reconstruir vínculos e aprender a servir.

A pergunta que permanece ao leitor é também a que acompanha os viajantes: se tudo está ligado a Deus por leis que compreendemos apenas em parte, o que precisamos aprender sobre o mundo — e sobre nós mesmos — para atravessá-lo sem transformar conhecimento em domínio, percepção em certeza ou capacidade em poder sobre o outro?

É nesse espaço de rigor, humildade, aprendizado e serviço que começa a estrada.

O que buscamos reconhecer ao longo do caminho

Investigar possíveis relações e fronteiras entre matéria, energia, campos, magnetismo, corpo, pensamento, consciência e espírito, distinguindo aquilo que pode ser observado ou medido daquilo que pertence à experiência, à doutrina, à interpretação ou à hipótese.

Ao mesmo tempo, acompanhar, na construção espiritual e narrativa do autor, o porquê esses conhecimentos integrariam a preparação de uma falange destinada a atravessar sucessivas experiências encarnadas, entre elas a vida numa comunidade cigana particular, seus ofícios, deslocamentos, percepções, dificuldades, vínculos e necessidades de cuidado.

A investigação não procura demonstrar cientificamente a trajetória espiritual da falange. Procura compreender como o aprendizado sobre o mundo material, o discernimento diante do invisível e a formação moral poderiam convergir, ao longo dos séculos, para uma mesma exigência: aprender a viver, reparar e servir.

Entre o que sabemos e o que ainda interrogamos

Hipótese central. Matéria e espírito podem ser compreendidos, na visão espírita que orienta o autor, como dimensões diferentes de uma realidade procedente de um princípio comum. Essa origem compartilhada não demonstra que conheçamos as leis próprias do domínio espiritual.

Hipótese de ligação. Pensamento, prece ou ação de um espírito poderiam influenciar a matéria por algum meio ainda não identificado. Energia, velocidade, massa ou canal dessa possível ação não estão estabelecidos como grandezas físicas mensuráveis.

Hipótese moral. A elevação moral, expressa no amor, no cuidado e no bem-querer, poderia condicionar o acesso à informação ou o uso responsável de capacidades espirituais. Trata-se de hipótese filosófico-espírita do autor, não de lei física demonstrada.

Hipótese de continuidade formativa. Na memória espiritual e na construção narrativa do autor, conhecimentos, disposições e perguntas trabalhados antes de uma encarnação poderiam não permanecer como lembrança consciente, mas reaparecer como facilidade, intuição, interesse ou disposição para reaprender. Aplicar essa possibilidade à trajetória secular da falange constitui hipótese espiritual do autor; não demonstra a identidade histórica entre personagens de diferentes épocas nem substitui os processos terrenos de aprendizagem.

Conhecer para servir — objetivos da travessia

O horizonte do estudo

Investigar, por meio de perguntas e diálogos, relações possíveis entre energia, matéria, vida, consciência e espírito, articulando conhecimentos científicos verificáveis, fundamentos da visão espírita e hipóteses filosóficas do autor, e acompanhar por que esses conhecimentos fariam parte da preparação formativa da falange para a vida encarnada, o discernimento, o cuidado, a reparação e o serviço.

O que esta caminhada pretende alcançar

Apresentar relações materiais observáveis entre energia, matéria, campos, movimento, corpo e vida, reconhecendo seus limites e evitando transformar analogias em identidades.

Distinguir conhecimento científico, documentação histórica, fonte doutrinária espírita, observação ou testemunho, experiência mediúnica, interpretação narrativa, hipótese autoral e questão ainda sem resposta estabelecida.

Examinar perguntas sobre pensamento, magnetismo, prece, passe, influência à distância e cuidado do corpo, indicando o que pode ser afirmado e o que permanece em aberto.

Relacionar esses campos de aprendizagem às necessidades concretas da comunidade particular narrada — ofícios, deslocamentos, trato com animais e materiais, percepção de sinais, cuidado, transmissão de saberes e vida coletiva.

Acompanhar, como hipótese espiritual e narrativa, a transformação secular desses aprendizados em responsabilidade, reparação de vínculos e capacidade de serviço, sem converter a trajetória reencarnatória em afirmação histórica demonstrada.

Refletir sobre o uso moral do conhecimento, o cuidado com o outro, a responsabilidade coletiva, a regeneração e os caminhos de aproximação a Deus.

Prólogo — Antes da estrada: a primeira aula

Antes do retorno à carne em 1550, a falange se reuniu para iniciar os estudos. Demétrius conduziria as aulas; Inés — nome espanhol atribuído nesta narrativa à identidade depois conhecida como **Mocinha** — o acompanhava como assessora. **Leonel**, mais familiarizado com aqueles assuntos, ajudaria quando necessário, sem deixar de ser aluno. **Lucía** conhecia melhor as leituras de presságios; Hélio ainda tateava esse campo.

— Não estudaremos a matéria como se ela estivesse separada da vida — começou Demétrius.
— Vocês encontrarão animais, plantas, metais, fogo e pedras nos caminhos que percorrerão. Precisarão observar como cada coisa se comporta, aprender com quem veio antes e transmitir o que se mostrar útil. Mas também precisarão reconhecer quando uma impressão é apenas uma impressão.

Inés acompanhou a fala com atenção. Em uma existência posterior, seria avó de **Lucía** — cuja mãe morreria cedo — e retomaria com a neta parte daqueles saberes. A memória narrativa também a situa como mãe em outra trajetória. No início da SERTE, já conhecida como **Mocinha**, sua mediunidade marcaria outro momento de sua história.

Demétrius explicou que a alquimia de seu tempo apareceria nas aulas como prática e linguagem simbólica. Seus alunos encontrariam tentativas de trabalhar com substâncias e metais, além de interpretações que associavam transformações materiais a mudanças interiores. Seria preciso distinguir o que alguém fazia e observava daquilo que acreditava que o processo significava. O símbolo podia guardar uma experiência; não provava, sozinho, que a interpretação estivesse correta.

— E o magnetismo? — perguntou *Leonel*.

— Também será examinado em seus sentidos diferentes — respondeu Demétrius. — Há fenômenos magnéticos observáveis na matéria. Há, ainda, tradições que usam a palavra para falar de influências sutis ou de forças vitais. Não confundiremos uma coisa com a outra. Vocês poderão relatar o que viverem, comparar experiências e fazer perguntas; não deverão chamar de fato comprovado aquilo que ainda não puderam verificar.

Lucía quis saber se isso valeria também para os presságios.

— Vale para tudo — disse Inés. — Um sinal pode chamar nossa atenção, mas é preciso separar o sinal percebido da interpretação que fazemos dele. *Lucía* terá experiência nesse campo; Hélio se aproximará dele com mais cautela. Nenhum dos dois estará dispensado de aprender.

A matéria chegaria a eles em situações concretas. Criar cavalos exigiria atenção ao animal e à sua condição. O comércio exigiria confiança, medida e responsabilidade. A funilaria e a joalheria pediriam habilidade para lidar com metais e ferramentas. O conhecimento das pedras encontradas nos rios dependeria de observar forma, peso, cor e procedência. Os mais velhos transmitiriam práticas; os mais novos precisariam experimentá-las com respeito e prudência.

— Essa será a história de uma comunidade particular — acrescentou Demétrius. — Não pretendemos falar por todos os povos ciganos. E, quando abordarmos a escravidão atravessada por alguns de vocês entre 1400 e 1550, falaremos de violência sofrida. A busca de redenção pode orientar a interpretação espiritual dessa falange, mas não torna justa a ação de quem escraviza nem transfere para as vítimas a responsabilidade por ela.

A turma compreendeu que os *três eixos* não seriam aulas abstratas. O corpo, a energia e o magnetismo ajudariam a entender o que se passa na matéria; pensamento, intenção e cuidado abririam perguntas sobre influência e cura; a passagem da matéria ao espírito exigiria reconhecer tanto os limites do conhecimento quanto as hipóteses que ainda pedem exame.

— E tudo isso servirá para formar a comunidade? — perguntou *Julia*.

— O saber só se torna duradouro quando encontra relações capazes de guardá-lo — respondeu Demétrius. — Uma família precisa de confiança, cuidado e responsabilidade. Um grupo precisa transmitir conhecimentos, repartir tarefas e lidar com conflitos sem abandonar os mais vulneráveis. O compromisso que vocês aprenderão agora só encontrará sua expressão histórica muito depois, em torno da **SERTE**. Por enquanto, cabe-lhes preparar os fundamentos humanos desse serviço.

Leonel distribuiu os cadernos. *Lucía* anotou uma pergunta sobre os sinais que percebia; Hélio registrou o que ainda não sabia distinguir. Do lado de Demétrius, Inés observava a turma. A primeira lição terminava sem respostas definitivas, mas deixava um princípio para as seguintes: observar a vida, aprender com a experiência e cuidar para que o conhecimento não se separasse da responsabilidade.

Primeira travessia — O mundo que os viajantes tocavam

Para aqueles viajantes, conhecer a matéria não seria exercício de gabinete. Metais se tornariam ferramentas e adornos; fogo transformaria materiais; pedras precisariam ser reconhecidas; animais dependeriam de observação; o corpo conheceria frio, doença, esforço e ferimento. As perguntas que Demétrius começava a organizar acompanhariam, sob outras linguagens, a vida concreta que os esperava.

Da criação à matéria: o primeiro mistério do caminho

“Matéria é energia condensada?” A pergunta parece pedir uma resposta curta, mas reúne ideias diferentes. A física relaciona massa e energia de modo preciso. Isso não significa, sem explicação, que matéria seja apenas energia comprimida, como se as duas palavras nomeassem a mesma coisa em qualquer situação. A relação de Einstein, $E = mc^2$, atribui a uma massa de repouso uma energia equivalente. Em processos físicos, massa e energia podem participar de transformações descritas e medidas. A equação, porém, não é uma narrativa completa sobre a origem do universo.

Também não são sinônimos matéria, eletricidade, magnetismo, poeira cósmica e radiação. Poeira cósmica é matéria dispersa em grãos muito pequenos. A luz é radiação eletromagnética; raios cósmicos são, em grande parte, partículas de alta energia que chegam do espaço. O magnetismo é uma manifestação do campo eletromagnético. Todos esses fenômenos pertencem ao mundo físico, mas têm natureza e descrição próprias. Reuni-los sob a palavra “energia” pode ser útil como começo de conversa, desde que a explicação não apague suas diferenças.

A matéria que tocamos é estável à escala da vida cotidiana. A investigação, contudo, mostrou que essa aparência reúne estruturas menores e interações mais profundas. Um sólido pode mudar de forma ou estado; uma molécula pode se decompor; núcleos podem participar de transformações em condições específicas. O que permanece e o que se transforma depende do sistema e do processo considerado. A física acompanha essas mudanças e procura contabilizar grandezas conservadas. Ela não precisa supor que cada forma material seja eterna para descrever com rigor como uma forma se modifica.

Mateo olhou para o quadro onde Demétrius havia escrito “forma”, “processo” e “origem”.

— Se uma coisa se transforma, ela volta ao todo de onde veio?

Demétrius não respondeu de imediato. Perguntou primeiro o que Mateo chamava de “todo”. Era o conjunto da matéria conhecida? A totalidade do universo? Ou Deus, entendido como princípio criador? A pergunta mudava conforme a palavra. A ciência pode descrever transformações e investigar a história do universo observável; não dispõe, por esse fato apenas,

de uma medida que identifique o universo com Deus ou demonstre um retorno espiritual a uma unidade divina.

É nesse ponto que o autor assume com clareza sua perspectiva. Como espírita, compreende que tudo procede de Deus e que a criação permanece ligada às leis divinas. Matéria e espírito não seriam realidades sem relação, embora não sejam a mesma coisa. Essa convicção orienta a busca do livro. Ela não é uma conclusão da física nem deve ser disfarçada como tal. O diálogo entre os campos começa quando cada afirmação é apresentada com sua origem: uma medição, uma teoria física, uma obra doutrinária, uma experiência relatada ou uma interpretação filosófica.

Como referência doutrinária específica, a questão 1 de O Livro dos Espíritos define Deus como “a inteligência suprema, causa primária de todas as coisas” (Kardec, 1857, q. 1). Neste livro, essa formulação identifica uma premissa do autor e ajuda a nomear sua compreensão da criação; não é apresentada como resultado da física ou da cosmologia.

A questão da vontade suprema de coesão também permanece nesse horizonte. As ciências físicas descrevem interações que mantêm estruturas unidas, desde ligações químicas até forças que atuam no interior dos núcleos. A palavra “vontade”, quando aplicada a Deus, pertence a uma leitura filosófica e religiosa dessas regularidades. A existência de uma regularidade pode sustentar uma pergunta sobre sua origem; não decide, por si, a resposta metafísica.

Assim, a primeira resposta não é “sim” ou “não” sem ressalva. A matéria e a energia têm uma relação física demonstrável, expressa de modo célebre em $E = mc^2$. “Matéria é energia condensada” pode funcionar como imagem inicial, mas é imprecisa se tomada como definição completa. A afirmação de que ambas procedem de uma vontade criadora é uma convicção espiritual do autor. Uma não substitui a outra; também não se deve fazer uma passar pela prova da outra.

A turma anotou duas colunas no caderno. Na primeira, ficaram as relações que podiam ser medidas. Na segunda, as perguntas que a medida, sozinha, não encerrava. O espaço entre elas não era uma falha a preencher depressa. Era o lugar em que o estudo precisaria continuar.

Do invisível aos campos: o que a matéria ainda nos ensina

A palavra “átomo” já não significa uma partícula indivisível. A matéria comum é descrita por átomos formados por elétrons e núcleos; os núcleos contêm prótons e nêutrons, que, por sua vez, são compostos de quarks. A física de partículas organiza os componentes conhecidos e descreve interações por meio de teorias que foram confrontadas com numerosos experimentos. O Modelo Padrão alcançou grande êxito nesse domínio, mas não constitui uma explicação completa de todos os fenômenos do universo. A gravidade, por exemplo, não está incorporada a ele na mesma estrutura matemática que as interações forte, fraca e eletromagnética (CERN, [s. d.]).

Na linguagem contemporânea, partículas elementares não precisam ser imaginadas como bolinhas minúsculas atravessando um espaço vazio. A teoria quântica de campos descreve entidades fundamentais por campos; partículas podem ser entendidas como excitações desses campos. Essa formulação tem um rigor matemático próprio. Ainda assim, a palavra “campo”

não deve ser usada como sinônimo de qualquer influência invisível. Um campo físico tem grandezas definidas, relações matemáticas e efeitos que podem ser investigados.

O campo de Higgs tornou-se conhecido porque interage com certas partículas elementares e participa da explicação de suas massas. A descoberta do bóson de Higgs, em 2012, confirmou a existência do campo associado. Isso foi um marco experimental. Não significa que o Higgs, sozinho, explique toda a massa da matéria que vemos ao redor. No caso do próton, estudos de decomposição atribuem mais de 90% de sua massa à dinâmica dos quarks e glúons (Yang et al., 2018). O próprio CERN apresenta o Higgs como uma parte importante da explicação, dentro de um quadro que ainda conserva perguntas abertas (CERN, [s. d.]a).

— Então encontramos o fundamento final da matéria? — perguntou Hélio, sendo observado por *José*.

— Encontramos uma peça decisiva de uma descrição — respondeu Demétrius. — Uma descoberta pode fechar uma pergunta e abrir outras. Não devemos chamar de resposta final aquilo que o próprio campo continua examinando.

Essa cautela não diminui a ciência. Dizer que uma teoria tem limites não a torna fraca no que explica. O Modelo Padrão é bem testado em seu campo de aplicação, e seu êxito é uma conquista real. Ao mesmo tempo, ele não explica tudo: questões sobre matéria escura, assimetria entre matéria e antimatéria e a integração entre gravidade e teoria quântica continuam abertas. “Ainda não sabemos” é uma descrição honesta do estado do conhecimento quando a pergunta não tem resposta estabelecida; não é prova automática de uma causa espiritual (CERN, [s. d.]b).

O autor pergunta se, abaixo das partículas conhecidas, haveria outras escalas, talvez ondas, talvez estruturas ainda não descobertas. A pergunta pode permanecer. Mas “onda” não designa necessariamente uma substância mais simples do que a partícula, e tampouco constitui um degrau que leve diretamente ao espírito. Em física, onda e partícula são conceitos usados em modelos que descrevem comportamentos observados; não são nomes intercambiáveis para qualquer realidade que ainda não conhecemos.

A mesma prudência vale para a analogia entre o campo de Higgs e o fluido cósmico universal presente na tradição espírita. A semelhança verbal — ambos são concebidos como algo que permeia ou participa de fenômenos — pode sugerir uma comparação filosófica. Não estabelece identidade científica. O campo de Higgs possui definição matemática e evidências experimentais próprias; o fluido universal pertence ao corpo doutrinário espírita. A analogia pode ser examinada, mas precisa continuar marcada como analogia proposta pelo autor.

A turma percebeu que a fronteira do conhecimento não é uma parede lisa. Há resultados confirmados, modelos que explicam bem certos domínios e perguntas sem solução atual. Há, ainda, questões que pertencem a outra ordem, como saber se a realidade tem uma finalidade espiritual. O cuidado está em não misturar essas categorias e em não fechar nenhuma delas antes de compreender o que a afirmação realmente diz.

O que muda e o que permanece: massa, energia e transformação

A equação $E = mc^2$ costuma aparecer como uma frase resumida: “massa se transforma em energia”. A frase aponta para uma relação verdadeira, mas simplifica o alcance da equação. E representa energia; m , massa; c , a velocidade da luz no vácuo. O quadrado indica c multiplicado por si mesmo. Na forma mais conhecida, a expressão dá a energia equivalente à massa de repouso de um corpo. Experimentos de alta precisão confirmaram a equivalência entre massa e energia em processos físicos (Rainville et al., 2005; NIST, 2005).

O fator c^2 é enorme, por isso uma pequena quantidade de massa corresponde a uma grande energia. Mas a equação não significa que possamos converter qualquer objeto em energia por simples decisão, nem que toda forma de energia se transforme livremente em matéria macroscópica. A conversão exige processos físicos específicos, condições e balanços de conservação. A fórmula estabelece uma relação quantitativa; não é uma licença para imaginar qualquer transformação sem mecanismo.

A massa também não deve ser tratada como “quantidade de matéria” em toda definição possível sem cuidado. Na mecânica cotidiana, a massa mede propriedades como a inércia de um corpo. Na relatividade, energia, momento e massa se relacionam de forma precisa. Para um corpo em repouso, a energia de repouso é dada por $E_0 = mc^2$. Quando o corpo está em movimento, a descrição da energia total inclui também sua energia cinética; a apresentação mais completa pertence à relatividade especial. O objetivo aqui é oferecer o primeiro degrau, não transformar o capítulo numa lista de fórmulas.

— Se a matéria pode mudar de forma e a energia participa dessas mudanças, de onde veio a primeira matéria? — perguntou *Lucía*.

A pergunta é legítima, mas a equação de Einstein não a responde. A cosmologia descreve a evolução do universo observável a partir de um estado primordial muito quente e denso, apoiada em evidências como a expansão cósmica e a radiação cósmica de fundo (NASA, [s. d.]a). Essa descrição não equivale, por si, a uma resposta sobre a causa última ou sobre a intenção da criação. As fontes cosmológicas consultadas também não estabelecem o que precedeu a inflação cósmica nem o que a impulsionou; a própria NASA apresenta essas questões como abertas (NASA, [s. d.]c). O limite do modelo não confirma nem refuta, por si, uma resposta teológica. O que a ciência explica sobre a evolução inicial e o que a filosofia pergunta sobre a origem absoluta não são a mesma pergunta.

O autor compreende a criação como obra de Deus. Em sua leitura, forças e elementos se sucedem, interagem e dão origem a novas organizações até a constituição da matéria e da vida. Essa visão oferece unidade espiritual ao percurso. Ela deve aparecer como convicção espírita e interpretação filosófica, não como consequência matemática de $E = mc^2$. A fórmula pode ajudar a pensar a relação entre massa e energia; não identifica o Criador nem descreve como Deus comunica sua vontade.

Também permanece aberta a pergunta sobre a permanência: o que se transforma deixa de existir ou assume outra forma? A resposta depende do que está sendo acompanhado. Em certas transformações, partículas, energia e momento são contabilizados segundo leis de conservação;

em outras, estruturas desaparecem enquanto seus componentes participam de novas combinações. A ideia de que tudo retorna ao Todo pode expressar uma síntese espiritual. Para afirmá-la como descrição física, seria necessário definir o que “Todo” significa e como essa proposição poderia ser observada ou testada.

O primeiro grupo de perguntas termina, portanto, com uma distinção que acompanhará o livro inteiro. A física pode afirmar relações entre massa, energia e transformação com base em teoria e medição. Pode também reconhecer o que seus modelos não abrangem. A doutrina espírita oferece uma leitura da criação e do destino do espírito. O autor procura fazer essas perspectivas conversarem, sem atribuir à equação uma conclusão que ela não contém e sem transformar o limite científico em prova de uma resposta já escolhida.

Demétrius fechou o caderno depois que cada aluno escreveu uma resposta provisória. Não se tratava de escolher entre matéria e espírito, mas de perguntar o que cada uma das palavras afirmava e de onde vinha a afirmação. A próxima investigação partiria dos campos e das interações que a matéria torna observáveis.

Segunda travessia — O corpo também é caminho

O estudo se aproximava agora do próprio viajante. Não bastaria conhecer o metal da ferramenta ou o fogo da forja: seria preciso reconhecer o corpo que trabalha, adoece, sofre, percebe e cuida. A eletricidade e o magnetismo entravam na aula como fenômenos da matéria; as perguntas sobre vitalidade, influência e cura permaneceriam abertas para outro momento.

Forças que atravessam a matéria: eletricidade e magnetismo

A pergunta agora se aproxima do corpo: ***se a corrente elétrica pode produzir magnetismo num fio, algo semelhante acontece no sistema nervoso?*** Para responder sem confundir os fenômenos, é preciso começar pelo que se mede. Uma corrente elétrica é um movimento ordenado de cargas. Ao percorrer um condutor, ela produz um campo magnético ao redor dele. Se o campo magnético que atravessa um circuito varia, pode surgir uma tensão induzida; em condições adequadas, essa tensão põe cargas em movimento. São relações descritas pelo eletromagnetismo e usadas em motores, geradores e transformadores (OpenStax, [s. d.], secs. 12.5 e 13.1).

O fio não precisa girar para que haja campo magnético. O que importa, nessa relação simples, é a corrente que o percorre. Em aparelhos, fios enrolados em bobinas organizam o campo e permitem efeitos mais intensos ou controlados. A geometria, a corrente e os materiais importam. Não há, porém, uma regra segundo a qual qualquer corrente produza qualquer força, em qualquer escala: o efeito depende das condições concretas.

O sistema nervoso também emprega fenômenos elétricos, mas não é um cabo metálico. Nos neurônios, sinais elétricos surgem de diferenças de concentração de íons e de mudanças de voltagem por intermédio das membranas celulares. O impulso percorre o axônio por mecanismos celulares; entre muitos neurônios, a comunicação também envolve sinapses

químicas (Purves et al., 2001). Esses sinais podem ser registrados por instrumentos apropriados. EEG e MEG captam aspectos distintos da atividade cerebral, mas suas medições não equivalem à corrente de um fio doméstico nem demonstram que o cérebro produza, por si, força capaz de deslocar objetos à distância¹.

— Então podemos dizer que há eletricidade e magnetismo no corpo? — perguntou Mateo.

— Podemos dizer que há processos bioelétricos e campos associados, mensuráveis por métodos próprios — respondeu Demétrius. — A comparação com um fio ajuda a iniciar a pergunta, desde que não apague as diferenças entre um organismo e um circuito metálico.

Uma corrente pode gerar um campo magnético; um campo magnético variável pode induzir uma tensão elétrica. Isso é um “sim” no domínio em que as condições da lei física se aplicam. Mas a palavra “magnetismo” também aparece em tradições espirituais para nomear influências sutis, e “energia” pode ser usada em sentido simbólico. O uso compartilhado das palavras não prova que se trate do mesmo fenômeno. Para estabelecer essa identidade, seria preciso definir grandezas, medir efeitos e mostrar resultados repetíveis.

Esse cuidado não fecha a conversa sobre passe, prece ou cura. Apenas impede que uma medida de atividade nervosa seja apresentada como confirmação ou refutação de uma experiência espiritual. O que a física mede é uma dimensão do fenômeno; aquilo que a doutrina espírita atribui à emanção, à prece ou à ação do espírito exige ser nomeado como fundamento doutrinário ou hipótese espiritual, conforme o caso. Uma categoria não deve tomar emprestada a certeza da outra.

No caderno, *Lucía* escreveu: “A semelhança abre uma pergunta; não prova uma identidade.” Demétrius aprovou a frase. A investigação seguiria para o caso mais intenso que a turma conhecia: a descarga atmosférica e seus efeitos sobre um corpo vivo.

A chama de uma vela oferece uma distinção simples: sua luz visível é radiação eletromagnética, mas a combustão não é, por isso, uma corrente elétrica num circuito metálico. A classificação da luz como radiação não torna idênticos os mecanismos que a produzem (NASA, [s. d.]d).

Sinais no corpo: nervos, raios e antigas perguntas

Um raio pode afetar o corpo humano e produzir consequências neurológicas, cardíacas, musculares e outras. A descarga é perigosa e, em certos casos, fatal. O sistema nervoso pode ser atingido; isso não autoriza concluir que toda descarga percorra cada nervo, célula por célula, como a corrente percorre um fio. O trajeto e os efeitos variam conforme as circunstâncias da descarga e do contato. A ausência de uma alteração neurológica identificada também não permite reconstruir, retrospectivamente, um caminho elétrico preciso dentro do corpo (National Weather Service, [s. d.]).

¹ **EEG** (eletroencefalograma) registra diferenças de tensão elétrica captadas por sensores colocados no couro cabeludo. **MEG** (magnetoencefalografia) detecta os campos magnéticos muito fracos associados às correntes elétricas da atividade neural.

A frase cuidadosa é: “Uma descarga atmosférica pode afetar o sistema nervoso, com efeitos de intensidade variável; em alguns casos, não se identificam alterações neurológicas.” Ela não afirma que o sistema nervoso tenha sido sempre o caminho da descarga, nem que jamais tenha sido alcançado. A evidência clínica descreve lesões e sintomas; sem medições do evento particular, não determina em detalhe por onde cada parcela de corrente passou.

O corpo não funciona como um fio isolado. É formado por tecidos com propriedades elétricas diferentes, e uma descarga pode envolver contato direto, condução pelo solo, efeitos laterais ou outras formas de exposição. Estar perto de uma fonte elétrica, receber uma descarga e sofrer uma lesão são situações relacionadas, mas não idênticas. Por isso, a pergunta “a energia esteve presente?” não é igual à pergunta “que corrente atravessou qual tecido?”; e nenhuma delas, isoladamente, descreve todo o dano ou sua ausência.

— E a pessoa que fica pendurada num fio energizado? — perguntou Hélio. — Pode ter energia no corpo sem se ferir?

A resposta depende das diferenças de potencial, dos pontos de contato, do circuito, da intensidade e do tempo de exposição, entre outros fatores. Aves pousadas em um único fio, por exemplo, podem não sofrer choque quando não há uma diferença de potencial relevante entre os pontos de contato; tocar outro condutor ou a terra muda a situação. Isso não transforma a exposição humana em segura. A corrente elétrica pode causar lesões graves ou morte, e não se deve testar a hipótese com pessoas ou animais.

Há uma situação controlada que ajuda a refinar a analogia: em trabalhos especializados de linha energizada, trabalhadores qualificados são ligados equipotencialmente ao condutor e mantidos isolados de outras superfícies por procedimentos, distâncias, equipamentos e treinamento. A proteção depende desse conjunto rigoroso; estar no mesmo potencial que a linha não é uma condição segura para o público nem demonstra que qualquer pessoa possa tocar um condutor (OSHA, [s. d.]).

A bobina de Tesla também produz descargas elétricas, mas não é um raio atmosférico em miniatura. São fontes e condições físicas diferentes. Algumas demonstrações mostram descargas sem uma lesão imediatamente visível no participante; isso não estabelece que qualquer contato seja inofensivo nem que o sistema nervoso não tenha sido afetado. A aparência de ausência de dano não é uma medição clínica, e o resultado de uma demonstração não pode ser generalizado a outra bobina, outra exposição ou outro corpo.

Demétrius voltou à pergunta que acompanhara as aulas: “a corrente atravessa ou não o sistema nervoso?” A resposta mais precisa não é uma evasão: uma descarga pode afetar nervos e cérebro; a eletricidade no corpo interage com tecidos; mas, sem dados do evento, não se pode afirmar que a corrente percorreu o sistema nervoso por inteiro — nem provar que não houve contato com ele. A ciência tem meios para investigar lesões e mecanismos gerais; nem sempre pode reconstituir cada trajetória em um caso passado.

Para o grupo, esse limite serviu de exercício. Uma conclusão honesta pode ser firme sobre o que se conhece e modesta sobre o que não foi medido. Dizer “não sei o trajeto exato” não apaga o

efeito observado; dizer “pode afetar” não significa “sempre percorre”. Assim, a conversa permaneceu aberta sem fazer da incerteza uma licença para afirmar qualquer coisa.

Entre o céu e a terra: raios, cargas e movimento

A Terra e os corpos que nela vivem são atravessados continuamente por partículas e radiações de diferentes origens. Raios cósmicos incluem partículas carregadas de alta energia — em grande parte prótons e núcleos — que interagem com a atmosfera e com a matéria. Algumas partículas atravessam materiais; outras colidem, ionizam átomos ou dão origem a partículas secundárias. Detectar uma partícula ou registrar que ela passou por um corpo demonstra uma interação física, mas não significa que ela tenha transferido energia ou momento suficientes para mover esse corpo como um todo (NASA, [s. d.]b).

Na atmosfera, a ionização produz íons e cargas livres que contribuem para sua condutividade elétrica; os raios cósmicos são uma fonte importante desse processo. Trata-se de uma contribuição ambiental difusa, que não implica potência concentrada nem força suficiente para deslocar um corpo macroscópico (National Research Council, 1986).

Esse contraste é central. Há energia que incide, energia que é absorvida, energia que se dispersa e energia que se converte em outras formas. Há também força e impulso, que dependem de como a energia e o momento são transferidos. A presença de uma energia não garante um efeito macroscópico perceptível. Para deslocar uma massa, é preciso produzir uma força resultante durante certo intervalo, vencendo o atrito, o peso ou outras resistências. A escala do resultado acompanha a escala e a organização da transferência.

A eletricidade estática oferece um exemplo cotidiano. Um corpo carregado pode atrair pequenos pedaços de papel ou produzir uma faísca. A força elétrica sobre outra carga depende das cargas envolvidas e da distância (OpenStax, [s. d.], sec. 5.3). Isso mostra que cargas podem exercer força sobre matéria. Não mostra que qualquer carga estática possa mover qualquer massa: a intensidade e a configuração do campo, o peso, os apoios e as resistências delimitam o efeito. Um papel leve pode se mover onde um objeto pesado permanece imóvel.

— Se aprendêssemos a direcionar raios cósmicos ou eletricidade estática, poderíamos agir sobre a matéria? — perguntou *Leonel*.

— Em princípio, campos e partículas já interagem com a matéria, e a tecnologia usa essas interações — respondeu Demétrius. — A pergunta seguinte é quanto se transfere, por qual mecanismo e em que escala. Controlar uma interação não torna ilimitada a força que ela pode exercer.

Há, portanto, um “sim” delimitado: energia elétrica, campos magnéticos e partículas podem produzir efeitos físicos, inclusive forças e movimentos, quando há acoplamento e transferência suficientes. E há um “não” igualmente importante: a mera presença de raios cósmicos, campos ambientais ou eletricidade estática não permite concluir que exista potência disponível para mover grandes massas, muito menos que uma intenção espiritual esteja direcionando essa energia. Para essa última afirmação, faltam demonstrações controladas que identifiquem o agente, o mecanismo e a transferência.

A *hipótese do pensamento* como princípio organizador permanece uma pergunta do livro, não um resultado estabelecido por esses exemplos. O cérebro usa sinais eletroquímicos; o pensamento orienta ações corporais e pode produzir efeitos no ambiente por meio do corpo, da fala e de instrumentos. Uma influência direta, à distância, sobre objetos ou sobre a matéria por um canal espiritual não foi confirmada por essas medições. A doutrina espírita pode oferecer uma interpretação própria da prece e da ação espiritual; essa interpretação não deve ser anunciada como consequência experimental dos raios cósmicos ou da eletricidade estática.

Mateo releu as anotações desde o início. Matéria e energia se relacionavam; correntes produziam campos; partículas interagem com corpos; algumas forças moviam objetos. Cada resposta vinha acompanhada de suas condições. “E o espírito?”, perguntou. Demétrius não transformou a pergunta numa certeza nem a descartou por falta de medida. Propôs que a turma a levasse ao próximo eixo, onde *pensamento, intenção, cuidado e prece* seriam examinados sem confundir analogia física com prova espiritual.

Terceira travessia — Quando a matéria parece responder

Quem vive de observar animais, materiais, sinais da natureza e mudanças inesperadas aprende depressa que resposta não é sinônimo de intenção. Essa distinção seria preciosa para uma comunidade em que experiência, intuição e tradição circulariam lado a lado. Antes de chamar alguma coisa de sinal, a turma precisaria aprender a perguntar o que, de fato, havia respondido.

Responder é pensar? A pergunta diante dos materiais

Uma pequena figura parece amolecer, atravessar uma grade sem rompê-la e recompor sua forma do outro lado. A cena desperta uma pergunta: a matéria estaria “pensando”? Uma experiência publicada em 2023 oferece uma referência material para examinar a imagem.

Pesquisadores descreveram um composto de gálio e micropartículas magnéticas de neodímio-ferro-boro. Sob a ação de um campo magnético alternado, o material pode aquecer, passar do estado sólido ao líquido e, ao esfriar, solidificar novamente. A equipe demonstrou deslocamento, mudança de forma, passagem por uma abertura e recomposição (Wang et al., 2023).

A cena não mostra chumbo agindo como ser vivo nem uma grade que se abre sem explicação. Trata-se de uma transição de fase orientada por estímulos físicos. Não há transmutação química: o material muda de estado e configuração, sem que seus átomos se convertam em outro elemento.

— Então a matéria pode agir de modo organizado sem pensar? — perguntou ***Lucía***.

— Pode responder a condições e estímulos de maneiras complexas — disse Demétrius. — A organização do efeito não demonstra, por si, pensamento, intenção ou consciência. Primeiro descrevemos o que o material faz; depois perguntamos o que o resultado permite concluir.

A experiência mostra como propriedades materiais podem produzir um comportamento novo, investigável e repetível. A descoberta tardia de uma possibilidade não significa que as leis

naturais tenham começado a existir quando foram percebidas; significa que uma possibilidade antes desconhecida foi observada e descrita.

O experimento demonstra resposta a estímulos físicos e mudança de fase. Não demonstra pensamento na matéria, ação da mente sem canal físico nem uma resposta definitiva sobre vida e consciência. Mateo anotou: “A matéria pode surpreender sem que a surpresa prove uma mente na matéria.”

Do pensamento ao gesto: sinais, cérebro e ação

O cérebro apresenta atividade elétrica e campos magnéticos associados à atividade neural. O eletroencefalograma registra diferenças de potencial elétrico na cabeça; a magnetoencefalografia detecta campos magnéticos muito fracos gerados pela atividade cerebral. São medidas diferentes de processos neurais (National Institute of Mental Health, [s. d.]; Cohen, 1968; Hari et al., 2018).

No sistema nervoso, os potenciais de ação dependem do movimento de íons através das membranas neuronais; a comunicação entre células também pode envolver neurotransmissores. Esses sinais participam do controle de músculos e órgãos por vias identificáveis (Purves et al., 2001; Hodgkin; Huxley, 1952). Assim, a intenção de mover a mão pode produzir efeitos materiais por meio do corpo e, depois, de instrumentos.

A expressão “o sistema nervoso conduz 1,5 kW” não é interpretável sem indicar qual processo foi medido, em que local, por quanto tempo e com qual método: quilowatt mede potência, não uma quantidade de energia sem referência temporal. Para dar uma escala, uma estimativa clássica situa em cerca de 20 W o equivalente energético do metabolismo cerebral de um adulto normal em repouso. Esse valor é potência metabólica química do cérebro como um todo, não corrente elétrica que percorra cada nervo nem potência disponível para mover objetos externos (Clarke; Sokoloff, 1999).

A relação entre estado mental e corpo pode envolver comportamento, respostas autonômicas e escolhas de cuidado. A biologia também estuda a comunicação entre sistemas nervoso, endócrino e imune (Bower; Kuhlman, 2023). Essas relações não demonstram que o pensamento envie uma ordem direta e específica a uma célula doente.

— Quando pensamos numa célula disfuncional, o cérebro consegue mandar-lhe uma mensagem para que se reorganize? — perguntou Hélio.

— O organismo possui vias de comunicação e regulação — respondeu Demétrius. — Mas não conhecemos, como fato estabelecido, um comando mental direto que selecione uma célula doente à distância e a faça reparar-se. O que podemos acompanhar são os caminhos corporais conhecidos, os efeitos que foram medidos e as perguntas que ainda não sabemos responder.

A distinção importa para o estudo do passe, da prece e da cura. Uma melhora relatada merece atenção, mas atribuir-lhe uma causa requer considerar a evolução da condição, tratamentos, contexto e outros fatores. A falta de mecanismo identificado não comprova, por si, uma explicação espiritual.

Na perspectiva espírita do autor, o espírito não se reduz ao cérebro, e a prece pode ser entendida como emanção e pedido de auxílio. Essa é uma convicção doutrinária e filosófica. EEG e MEG medem sinais cerebrais; não medem a expansão do espírito ou a emanção da prece. Tampouco decidem, por si, a existência espiritual.

Lucía anotou: “Sinal medido, efeito corporal e interpretação espiritual são registros diferentes.” A comparação permite reconhecer efeitos do pensamento cerebral por canais observáveis e manter outras perguntas abertas sem apresentá-las como resultados de um exame cerebral.

Quando o pensamento procura alcançar a matéria

Esta parte examina três questões que se aproximam, mas não devem ser confundidas: ***o pensamento pode agir sobre a matéria por meios físicos conhecidos? Um Espírito poderia influenciar a matéria por um meio ainda não identificado? Como avaliar relatos de objetos que teriam sido deslocados sem contato aparente?***

O exame exige separar quatro planos. Há dados obtidos por instrumentos; observações e relatos, que podem ser mais ou menos completos; teorias científicas ou doutrinárias; e implicações que só são legítimas quando decorrem do que foi observado. Para ordenar a análise, usaremos D.O.T.I.: Dados, Observações, Teorias e Implicações. É um recurso metodológico desta obra, não uma classificação recebida de fonte espiritual.

O objetivo não é fechar de antemão a possibilidade espiritual nem tratá-la como explicação pronta. É perguntar o que cada afirmação permite concluir, o que ainda não demonstra e que evidência seria necessária para avançar.

O pensamento e seus efeitos possíveis.

A primeira pergunta pode ser formulada com mais precisão: ***se o pensamento, segundo a hipótese espírita, pode organizar fluidos, poderia também influenciar a matéria por leis semelhantes às que regem campos e interações físicas?***

Dados. A atividade cerebral produz sinais elétricos e campos magnéticos muito fracos, que podem ser registrados por instrumentos. O EEG mede diferenças de potencial elétrico; a magnetoencefalografia registra campos magnéticos associados à atividade cerebral. Esses registros descrevem atividade neural. Não demonstram, por si, que o pensamento produza uma força capaz de deslocar objetos à distância. (NIBIB, [s. d.])

Observações. O pensamento influencia a matéria por vias conhecidas: orienta a fala, os movimentos do corpo e o uso de ferramentas e dispositivos. Nessas situações há uma cadeia de processos corporais e materiais. Já a alegação de uma ação direta, sem contato e à distância, requer demonstração própria. Relatos pessoais podem motivar a investigação, mas não substituem observações controladas e repetíveis.

Teorias. A neurofisiologia descreve relações entre atividade cerebral, corpo e comportamento. A ideia de que o pensamento organize um campo fluídico capaz de agir diretamente sobre a

matéria pertence à hipótese espiritualista. Não se deve identificar esse campo com eletricidade ou magnetismo medidos pela física sem demonstrar que se trata do mesmo fenômeno.

Implicações. A ciência pode investigar uma alegação de ação física quando ela é formulada de modo observável: qual objeto se moveu, em que condições, com que força, quantas vezes e diante de quais controles? Até que haja resultados reproduzíveis, a ação direta do pensamento sobre objetos à distância permanece sem comprovação científica. Isso não prova que toda possibilidade espiritual seja impossível; define o limite do que os dados atuais permitem afirmar.

A pergunta sobre a ação espiritual

A segunda questão é se um Espírito, ainda que se lhe atribuisse um potencial pequeno, poderia agir sobre a matéria. A palavra “potencial”, porém, precisa ser esclarecida: ***pequeno em relação a quê, medido por qual grandeza e observado por qual instrumento?*** Sem essas definições, não há como comparar ou calcular esse potencial.

Dados. Não existe, na física atual, uma medida confirmada de “energia espiritual” ou de um “campo fluídico” que permita quantificar sua ação sobre objetos. A ausência dessa medida não resolve a questão metafísica da existência do Espírito; significa que não dispomos de uma grandeza física estabelecida para descrever o mecanismo proposto.

Observações. Há relatos de influência espiritual e experiências interpretadas nesse sentido. O valor de cada relato depende das circunstâncias, da qualidade do registro, da possibilidade de explicações alternativas e da existência de confirmação independente. A experiência vivida merece respeito; sua interpretação causal exige exame separado.

Teorias. A doutrina espírita oferece uma explicação própria para as relações entre Espírito e matéria. Em O Livro dos Espíritos, a questão 27 apresenta o fluido universal como elemento intermediário; em O Livro dos Médiuns, a ação dos Espíritos sobre a matéria é discutida no capítulo inicial da segunda parte. Essas formulações pertencem ao quadro doutrinário espírita. Não são, por isso, medidas de campos eletromagnéticos nem resultados já confirmados pelos métodos da física. (Kardec, 1857, q. 27; 1861, pt. 2, cap. I)

Implicações. Se uma ação espiritual produzir um efeito físico observável, esse efeito poderá ser descrito e investigado. A atribuição do efeito a um Espírito, entretanto, precisará de evidências que distingam essa hipótese das demais. Se a hipótese não indicar condições observáveis nem puder ser comparada com alternativas, permanecerá no campo metafísico ou doutrinário, sem se converter em conclusão científica.

Assim, a possibilidade de ação de um Espírito sobre a matéria pode ser sustentada como princípio da visão espírita e investigada por seus efeitos alegados. Não se deve apresentá-la como mecanismo físico já conhecido, nem traduzir automaticamente “fluido” por energia elétrica, magnética ou outra grandeza mensurável.

Objetos que se movem: relato, hipótese e exame

A **terceira pergunta** considera relatos de objetos que teriam se movido sem contato aparente. Para examiná-los, convém distinguir três níveis: o testemunho de que algo aconteceu; um registro que mostre o acontecimento; e uma observação controlada que permita avaliar suas causas. Uma fotografia ou gravação pode documentar movimento, mas não identifica, por si só, o que o produziu.

O exame de um caso deve começar pelas circunstâncias concretas: posição e estabilidade do objeto; contato de pessoas ou animais; correntes de ar, vibrações, inclinação da superfície, magnetos, dispositivos, reflexos e limitações da câmera ou do sensor. Investigar essas possibilidades não significa acusar alguém de fraude. Significa testar explicações concorrentes antes de escolher uma causa.

Quando for possível repetir a observação, devem-se registrar as condições antes, durante e depois do episódio; preservar os arquivos originais; usar pontos de vista independentes; anotar também as tentativas em que nada ocorreu; e permitir que outras pessoas examinem o material. A repetição não precisa ser forçada: sua ausência também é um dado, desde que seja registrada com clareza.

Esse cuidado é compatível com a própria tradição espírita. Em *O Livro dos Médiuns*, Kardec recomenda o exame das circunstâncias dos fenômenos e o estudo crítico dos fatos, sem aceitar levemente toda interpretação apresentada. A referência doutrinária orienta a prudência; não substitui a verificação de cada caso. (Kardec, 1861, pt. 2, caps. II e V)

D.O.T.I. do relato. Os dados são aquilo que foi efetivamente registrado. As observações incluem as condições do ambiente e a sequência do acontecimento. As teorias são as explicações concorrentes, naturais ou espirituais. As implicações devem limitar-se ao que o registro e os controles sustentam. Se há apenas um relato, temos um testemunho; se há uma gravação, temos um registro; se há controles independentes e repetição suficiente, podemos avaliar melhor as causas. Nenhum desses passos autoriza saltar automaticamente da ocorrência para uma explicação espiritual.

O que a física pode dizer — e onde precisa parar

A física não decide, por seus métodos, toda questão metafísica sobre a existência do Espírito. Pode, contudo, investigar efeitos físicos que sejam definidos de maneira observável. Se uma hipótese afirma que um objeto se desloca, que uma força atua ou que um campo muda, é possível perguntar como registrar esse efeito e que resultado diferenciaria a hipótese de outras explicações.

Uma teoria pode ser contestada quando faz previsões físicas claras e essas previsões falham em condições adequadas. A contestação vale para a alegação testada e para as condições do exame; não autoriza declarar resolvido tudo o que se relaciona ao espírito. Do mesmo modo, a falta de uma explicação completa não comprova, por si, uma causa espiritual.

O corpo também precisa ser distinguido de uma ação à distância. Pensamentos e emoções podem acompanhar mudanças na respiração, no ritmo cardíaco, na tensão muscular e no comportamento, por vias corporais conhecidas. Esses efeitos mostram relações entre atividade mental, organismo e ambiente. Não demonstram, sem evidência adicional, que uma consciência externa tenha provocado a mudança ou que tenha agido diretamente sobre um objeto distante.

O que podemos guardar até aqui

As **três perguntas** formam um percurso, não uma única afirmação. Sabemos que a atividade cerebral se relaciona com o corpo e que o pensamento pode orientar ações materiais por vias conhecidas. Não temos comprovação científica de que o pensamento, isoladamente, desloque objetos à distância. A doutrina espírita propõe uma relação entre Espírito e matéria por elementos próprios de seu quadro conceitual; essa proposição não equivale a uma medição física. Relatos de objetos deslocados devem ser preservados e examinados caso a caso, sem aceitação automática nem rejeição antes da análise.

O critério que permanece é simples: registrar com fidelidade, separar ocorrência de interpretação, comparar explicações e indicar com honestidade o que ainda não sabemos. A investigação pode continuar aberta sem deixar todas as hipóteses entrarem indistintamente. Seu foco está nas perguntas que podem ser formuladas com clareza, nos efeitos que podem ser observados e na responsabilidade de não transformar uma possibilidade em fato.

O que o corpo emana: outra pergunta em aberto

Uma hipótese exploratória considera se emanções corporais poderiam ser percebidas ou aproveitadas por agentes externos. A pergunta é mantida como linha exploratória secundária, sem modelo matemático validado, sem mecanismo físico identificado e sem evidência que autorize tratá-la como fato. Ela não dirige o objeto principal desta pesquisa. Para avançar, seria preciso definir o que se chama emanção, indicar como registrá-la e separar efeitos fisiológicos conhecidos de interpretações espirituais.

A palavra pode abranger fenômenos distintos: calor transferido ao ambiente, gases e vapor d'água expirados, compostos orgânicos voláteis detectados no hálito ou na pele, secreções e partículas. Estudos em câmaras controladas já mediram compostos voláteis emitidos pelo hálito e pela pele, mas esses resultados não os transformam numa substância única nem demonstram captação por um agente espiritual (Wang et al., 2022).

Sinais bioelétricos, por sua vez, são registros de processos no organismo; não equivalem necessariamente a matéria liberada no ambiente. Qualquer hipótese de captação ou influência externa teria de definir o fenômeno-alvo, a unidade de medida, o modo de registro, os controles e as explicações alternativas, além de produzir resultados repetíveis. Até aqui, a atribuição a um agente espiritual permanece uma hipótese sem mecanismo identificado ou evidência que a sustente como fato.

Quando a distância não apaga a presença

A distância física pode ser medida; presença, em uma conversa, também pode significar atenção, vínculo ou influência social. Quando se fala em presença espiritual à distância, a mesma palavra assume outro sentido. Separar esses usos evita que uma experiência significativa seja convertida, sem exame, em mecanismo físico.

Na história da falange, *Lucía* percebe que não está tranquila com uma viagem. Ela não anuncia o futuro nem recebe autoridade para decidir pelo grupo. Demétrius lhe pergunta o que viu, o que sentiu e o que imagina que possa acontecer. *Leonel* observa o horizonte; Hélio examina os animais; os demais avaliam a estrada e o tempo. A decisão de adiar a partida decorre do conjunto de sinais e da prudência, não de uma profecia declarada infalível.

O episódio permite estudar o pressentimento sem o ridicularizar nem o transformar em prova. Primeiro há uma impressão vivida. Depois, há a interpretação que a pessoa lhe dá. Por fim, existe uma decisão prática, que deve considerar os indícios disponíveis, os riscos e a liberdade de quem será afetado. Mesmo quando a impressão não se confirma, pode ensinar a registrar melhor o que ocorreu; se se confirmar, isso ainda não identifica automaticamente a causa.

Uma investigação terrestre de experiências semelhantes precisaria anotar a impressão antes do acontecimento, definir com antecedência o que contaria como acerto, preservar também os casos em que nada se confirmou e comparar os resultados com expectativas e probabilidades razoáveis. Relatos reconstruídos depois do evento são vulneráveis à memória seletiva. Um padrão repetido e independente mereceria estudo; a atribuição a uma fonte espiritual exigiria evidência adicional.

A presença a distância pode ainda ser examinada como experiência subjetiva: lembrança, saudade, oração, vínculo e sensação de companhia têm significado para quem os vive. Esse significado não equivale a medir a transmissão de um sinal físico. A obra deixa aberta a leitura espiritual, mas não diz que campos conhecidos ou ondas cerebrais expliquem o pressentimento.

— *Lucía*, tua sensibilidade pode chamar nossa atenção — disse Demétrius —, mas não te torna dona da conclusão. Relata o que percebeste, aceita que os outros examinem os sinais e ajuda cada pessoa a escolher com liberdade. Se eu souber mais sobre a origem de certas percepções, nem tudo me cabe dizer nesta aula. O que posso ensinar agora é a disciplina de observar antes de nomear.

Tempo, matéria e presença diante do transcendente

A relatividade relaciona medidas de espaço e tempo entre referenciais e descreve a energia e o momento de corpos em movimento. Para um corpo de massa de repouso m , a energia de repouso é $E_0 = mc^2$. Em um referencial no qual o corpo se move com velocidade v , pode-se escrever $E = \gamma mc^2$ e $p = \gamma mv$, em que $\gamma = 1/\sqrt{1 - v^2/c^2}$, p é o momento linear e c é a velocidade da luz no vácuo. Essas relações pertencem à física material e têm condições precisas de uso (Einstein, 1905).

A linguagem popular por vezes diz que a massa aumenta com a velocidade. Na formulação contemporânea mais usada, a massa de repouso é invariante; o que depende do referencial são a energia total e o momento. Essa precisão importa porque impede que uma frase abreviada seja transformada em princípio universal sobre qualquer forma de existência.

— Podemos atribuir velocidade e massa ao espírito? — perguntou *Lucía*.

— Podemos levantar a pergunta como hipótese filosófico-espiritual — respondeu Demétrius.

— Para chamar “velocidade do espírito” de grandeza física, precisaríamos definir o que se desloca, em relação a quê, como se mede a distância e qual relógio registra o tempo. Para falar em “massa espiritual”, precisaríamos definir o que a grandeza representa e como ela poderia ser medida. Hoje, essas grandezas não estão estabelecidas para o transcendente.

A hipótese de uma origem comum pode inspirar comparações entre matéria e espírito, mas semelhança não é identidade. Energia química, calor, atividade elétrica e trabalho muscular são descrições de fenômenos orgânicos investigáveis. “Energia divina”, na linguagem desta obra, nomeia uma convicção religiosa ou filosófica, não uma quantidade que se some em joules à energia do organismo. Dizer que ambas se integram é uma imagem de unidade, não uma operação de cálculo.

A mesma distinção vale para tempo e espaço. É legítimo perguntar se a experiência espiritual obedece a relações próprias; não é legítimo inserir, sem medida, o transcendente em equações materiais como se a correspondência já tivesse sido demonstrada. A relatividade abre perguntas sobre a realidade física e os limites da intuição cotidiana. Não fornece, sozinha, uma física do espírito.

— Sei que há mais perguntas do que as que esta comparação pode resolver — concluiu Demétrius. — Posso ajudá-los a separar a relação que foi medida da analogia que estamos construindo. A explicação do mundo material continuará avançando na Terra; a hipótese espiritual terá de permanecer identificada como hipótese até que haja razões próprias para afirmá-la.

Quarta travessia — Quando o cuidado entra na estrada

A estrada começava a deslocar a pergunta do fenômeno para o outro. Se existisse alguma capacidade de influenciar, aliviar ou auxiliar, seu valor já não dependeria apenas do mecanismo, mas do modo como fosse utilizada. O magnetismo passava, assim, da pergunta sobre forças à pergunta sobre cuidado.

O magnetismo entre o gesto e o cuidado

“Magnetismo” pode designar o campo físico produzido por correntes e materiais magnéticos, ou uma prática de cuidado chamada magnetismo, passe ou ação fluídica. A coincidência do nome não prova que os dois fenômenos tenham o mesmo mecanismo. Na física, campos magnéticos podem ser medidos; a hipótese de um fluido espiritual pertence ao vocabulário doutrinário espírita e ainda não é uma grandeza física estabelecida.

Também é necessário distinguir ímãs estáticos de terapias eletromagnéticas que usam campos variáveis e equipamentos específicos. A revisão do *National Center for Complementary and Integrative Health* informa que não há evidência conclusiva para recomendar ímãs estáticos no alívio da dor; certos dispositivos eletromagnéticos têm usos aprovados para condições específicas, sem que isso autorize generalizar seus efeitos para qualquer doença ou para o passe (NCCIH, 2024).

— Então o magnetismo curativo existe? — perguntou **Lucía**.

— A resposta precisa separar a prática vivida de sua explicação — disse Demétrius. — Há pessoas que relatam serenidade, calor, alívio ou conforto durante um passe. O relato merece escuta. Para afirmar que um fluido magnético causou uma cura, precisaríamos de evidência apropriada. E, para cuidar, não se deve atrasar avaliação ou tratamento de saúde necessário.

A comunidade poderia observar o que as pessoas percebem antes, durante e depois de uma sessão, com registros independentes. Seria importante distinguir *bem-estar subjetivo*, *mudança de sintoma*, *alteração clínica* e *hipótese sobre o mecanismo*. Se houver uma melhora, atenção, repouso, confiança, oração, expectativa e relação humana podem estar presentes ao mesmo tempo. O exame não precisa negar o significado espiritual para avaliar cada componente com honestidade.

O magnetismo oferece, assim, uma passagem de estudo: mostra como um fenômeno material pode produzir efeitos sob condições definidas; não prova que toda influência descrita como sutil seja eletromagnética. A comparação ajuda a formular perguntas. O cuidado ético exige que nenhuma pessoa seja reduzida a um experimento e que o serviço não prometa o que não pode garantir.

O amor pode irradiar?

A pergunta conserva uma força moral, mas usa “energia” em dois sentidos. Na física, energia é uma grandeza definida, que se mede e se conserva em condições especificadas. No uso cotidiano e espiritual, dizer que o amor é uma energia pode significar uma disposição que anima, aproxima, sustenta ou transforma relações. O segundo uso pode ser expressivo e fecundo sem se converter automaticamente no primeiro.

Até aqui, esta obra não identifica uma radiação física própria do amor, nem apresenta instrumento ou procedimento que meça uma frequência moral. Não se deve usar a linguagem de ondas, vibrações ou joules como se houvesse uma equivalência já demonstrada. Se um dia uma hipótese fizer uma previsão observável, ela poderá ser avaliada; até lá, a expressão permanece filosófica, ética ou metafórica.

— O amor não atua, então? — perguntou Mateo.

— Atua na vida de maneiras que vocês conhecem — respondeu Demétrius. — Pode orientar escolhas, oferecer cuidado, interromper uma violência e sustentar alguém em sofrimento. Essas consequências são reais no campo das relações humanas. A afirmação de que o amor, por si, transfere uma força física à distância é outra proposição e pede evidência própria.

Na visão espírita que orienta o autor, o amor é princípio moral de coesão e de direção do serviço. Não é uma fórmula que substitui a investigação nem uma radiação já quantificada. A hipótese de que a elevação moral condicione o acesso ou o uso de capacidades espirituais também fica no plano filosófico-espiritual. Seu valor será observado, nesta obra, sobretudo no fruto: mais responsabilidade, justiça, cuidado e respeito pela liberdade alheia.

Prece, passe e harmonização: quando cuidar também é investigar

Há questões que não se resolvem adequadamente nem pela afirmação antecipada nem pela negação antecipada. O passe espírita talvez pertença a esse território.

Na tradição espírita, pensamento, vontade, intenção, prece, qualidade moral e ação fluidica formam um conjunto conceitual conhecido. Allan Kardec, especialmente em A Gênese, trabalha com a hipótese de que os fluidos espirituais constituem veículo do pensamento e podem sofrer modificações relacionadas às disposições daquele que os mobiliza. No mesmo contexto, relaciona a qualidade dos pensamentos e sentimentos às propriedades que esses fluidos adquiririam (Kardec, 1868, cap. XIV).

Essa formulação pertence ao modelo doutrinário espírita. Não equivale, entretanto, a uma demonstração da física contemporânea. Preservar essa distinção é indispensável, porque talvez seja justamente ela que permita transformar uma convicção doutrinária em uma pergunta de pesquisa intelectualmente legítima.

Em lugar de perguntar imediatamente qual é a “energia” produzida pelo pensamento, talvez devamos começar por algo anterior: ***o que realmente acontece, na experiência do passista e do assistido, durante o passe?***

A mudança parece pequena. Metodologicamente, porém, é profunda.

Explicar menos, observar melhor.

Durante uma sessão de passe, pessoas relatam experiências muito diferentes. Algumas mencionam calor, frio, formigamento, pressão localizada, arrepios, sensação de movimento pelo corpo, leveza, sonolência, serenidade, imagens mentais ou emoções inesperadas. Outras nada percebem de particular.

Essas experiências não demonstram, por si mesmas, a existência de uma causa espiritual determinada. Mas também não precisam ser descartadas por serem subjetivas.

São acontecimentos da consciência.

Uma pessoa afirmar “senti forte calor nas mãos” constitui um relato de experiência. Outra coisa é afirmar: “o calor demonstra que determinado fluido estava sendo transmitido”. E outra, ainda mais distante, seria afirmar que esse fluido possuía determinada frequência, comprimento de onda ou quantidade mensurável de energia.

Temos, portanto, níveis diferentes de proposição.
O primeiro descreve.

O segundo interpreta.
O terceiro procura explicar o mecanismo.
O quarto, eventualmente, pretende medi-lo.

Grande parte da dificuldade existente nos estudos de fenômenos espirituais nasce quando esses níveis são percorridos de uma só vez. Parte-se da percepção e chega-se imediatamente à explicação.

Uma abordagem fenomenológica faria o movimento contrário: permaneceria algum tempo junto ao fenômeno antes de decidir o que ele significa.

Isso não implica negar previamente a interpretação espírita. Significa apenas permitir que o acontecimento seja observado antes de ser acomodado dentro dela.

A experiência subjetiva pode participar de investigação rigorosa desde que seja recolhida metodicamente, distinguindo-se aquilo que foi efetivamente percebido da explicação posteriormente atribuída à percepção.

Quando duas experiências se encontram sem combinar-se

Talvez uma das possibilidades mais instigantes esteja na relação entre aquilo que experimenta o passista e aquilo que experimenta a pessoa que recebe o passe.

Imaginemos que ambos façam registros independentes.

O passista realiza o trabalho sem conhecer previamente as sensações do assistido e, logo depois, antes de qualquer conversa, escreve:

“Por volta de determinado momento da sessão, percebi forte pressão e calor na região esquerda do tórax.”

O assistido, igualmente sem conhecer o registro do passista, escreve:

“Depois de alguns minutos, senti forte calor e pressão do lado esquerdo do peito.”

Uma coincidência dessa natureza, isoladamente, teria pouca significação. Pessoas coincidem. Memórias falham. Expectativas influenciam percepções. Sensações corporais são comuns.

Mas a pergunta muda de natureza quando o procedimento se repete muitas vezes.

Existiriam convergências acima daquelas esperadas fortuitamente?

As regiões percebidas coincidiriam?

Haveria correspondência temporal?

Certos tipos de sensação apareceriam simultaneamente?

Passistas diferentes perceberiam características semelhantes no mesmo assistido sem receber previamente informações sobre ele?

Aqui encontramos uma passagem metodologicamente importante: da experiência individual para a possível concordância intersubjetiva.

A questão deixa de ser apenas “o que eu senti?” e passa a incluir “o que duas pessoas registraram independentemente sobre o mesmo acontecimento?”.

Nada disso demonstraria automaticamente a natureza espiritual do fenômeno. Mas poderia estabelecer algo anterior e cientificamente relevante: a existência, ou não, de regularidades que mereçam explicação.

O procedimento exige uma precaução simples e decisiva: passista e assistido devem registrar suas experiências antes de conversarem entre si. Caso contrário, torna-se extremamente difícil separar a percepção original da reconstrução posterior da memória. A proposta do material estudado justamente aponta para registros independentes e posterior confronto das correspondências.

Pensamento, intenção e responsabilidade moral

Há outro aspecto que merece investigação cuidadosa.

A tradição espírita não trata o passista como um dispositivo neutro. Intenção, vontade, disposição íntima e orientação moral possuem importância dentro do modelo kardeciano. Isso permite formular perguntas interessantes sem transformar estados morais em grandezas físicas. Por exemplo: será que serenidade, atenção concentrada, benevolência e disposição sincera de auxílio apresentam alguma relação sistemática com a experiência relatada pelo assistido? **Ou ainda:** fadiga, dispersão mental, ansiedade ou expectativa exagerada modificam aquilo que o próprio passista percebe durante a sessão? Essas questões podem ser investigadas.

O cuidado começa quando passamos de categorias qualitativas para sentenças como “o orgulho reduz a ação fluídica em determinado percentual” ou “o egoísmo congestiona necessariamente determinada região corporal”.

Nesse ponto, estaríamos deixando uma hipótese geral e introduzindo correlações específicas para as quais precisaríamos de evidência própria.

Kardec oferece aqui uma advertência particularmente interessante. Ao tratar da enorme diversidade das qualidades fluídicas, reconhece a dificuldade de enumerá-las e classificá-las. Também recomenda prudência diante das percepções espirituais, admitindo interferências provenientes daquele que percebe (Kardec, 1868, cap. XIV).

Talvez essa cautela seja mais moderna do que às vezes imaginamos.

Registrar uma percepção não significa necessariamente aceitá-la como descrição objetiva da realidade. Pode-se dizer: - “Durante o passe, percebi uma sensação de peso na região cardíaca.” O registro está feito. Não é necessário acrescentar imediatamente: - “Portanto, havia uma alteração fluídica produzida por orgulho.”

Esta segunda afirmação já constitui hipótese interpretativa. A diferença protege tanto a observação quanto a doutrina.

Quando a metáfora ajuda — e quando confunde

“Vibração”, “frequência”, “onda”, “corrente” e “energia” fazem parte há muito tempo do vocabulário espiritualista. Não há necessariamente problema em utilizar metáforas. Elas ajudam a representar realidades difíceis de descrever. O problema aparece quando a metáfora passa inadvertidamente a ser apresentada como grandeza física.

Na ciência, frequência, energia, impedância e comprimento de onda possuem definições operacionais, instrumentos de medição e unidades determinadas. Uma frequência física pode ser expressa, por exemplo, em hertz. Energia pode ser expressa em joules.

Dizer que uma atitude amorosa possui “frequência elevada” pode funcionar como imagem espiritual ou moral. Outra coisa seria afirmar que essa frequência foi fisicamente medida.

Enquanto não existir operação experimental capaz de estabelecer essa equivalência, convém conservar a expressão no terreno em que ela possui significado: o analógico.

Isso não empobrece a investigação. Ao contrário. Liberta-a da necessidade de fingir que já sabemos aquilo que precisamente precisamos descobrir. Talvez o verdadeiro avanço esteja em não começar perguntando quantos joules existem em um pensamento, mas se determinadas condições mentais, morais e relacionais se acompanham regularmente de determinados fenômenos.

Primeiro encontramos a regularidade. Depois investigamos sua explicação. O passe visto por seus efeitos. Talvez possamos reunir essas ideias sob uma expressão provisória: fenomenologia do passe espírita.

Seu objeto inicial não seria demonstrar uma teoria da energia espiritual. Seria identificar regularidades na experiência.

Antes da sessão, poderiam ser registradas condições do passista: serenidade, capacidade de atenção, fadiga, disposição benevolente, expectativa e estado emocional.

O assistido igualmente poderia registrar ansiedade, dor, tensão, bem-estar, expectativas e eventuais sintomas.

Após o passe, cada um descreveria separadamente aquilo que percebeu. Somente depois os relatos seriam comparados.

Poderiam ainda ser acrescentadas medidas objetivas ou escalas validadas quando apropriadas: pressão arterial, frequência cardíaca, saturação de oxigênio, ansiedade, dor ou bem-estar. A questão seria verificar se percepção subjetiva e alterações observáveis caminham juntas ou não.

Com número suficiente de observações, poderíamos começar a procurar padrões. Não para decidir antecipadamente o que deveria aparecer. Justamente para descobrir o que aparece.

Algumas hipóteses talvez não resistissem aos dados. Outras poderiam adquirir consistência. Novas relações poderiam surgir onde sequer havíamos pensado procurá-las.

Esse é um risco necessário de toda pesquisa verdadeira: encontrar algo diferente daquilo que desejávamos encontrar.

A fronteira que ainda não sabemos atravessar

Durante muito tempo, algumas tentativas de aproximação entre Espiritismo e ciência procuraram estabelecer correspondências imediatas entre conceitos espíritas e conceitos da física.

Talvez haja outro caminho.

Em vez de perguntar inicialmente qual partícula, frequência ou campo físico corresponderia ao fluido espiritual, poderíamos perguntar se existe primeiro um fenômeno estável que necessite dessa explicação.

Se não houver regularidade, não precisamos inventar mecanismo.

Se houver, abre-se uma pergunta.

Se a regularidade puder ser reproduzida independentemente, abre-se uma investigação.

E somente quando instrumentos, medidas e modelos justificarem esse passo poderemos discutir com propriedade qual explicação seria capaz de compreendê-la.

A sequência, portanto, seria mais ou menos esta: - ***experiência, registro, repetição, comparação, convergência, controle, regularidade e, somente depois, tentativa de explicação.***

Esse percurso possui uma consequência curiosa.

A prudência metodológica não enfraquece necessariamente a investigação espírita. Ela pode fortalecê-la.

Evita transformar percepção em prova, metáfora em física e convicção em resultado experimental. Mas conserva aquilo que talvez seja o mais importante: o fenômeno como problema aberto.

Existe ainda muito pouco conhecimento sistematizado sobre o que passistas e assistidos efetivamente vivenciam, sobre as possíveis correspondências entre suas experiências e sobre as condições em que determinadas regularidades aparecem ou desaparecem.

Talvez seja justamente aí que esteja um campo fértil.

O objetivo não seria provar previamente que Kardec possuía uma física que somente o século XXI descobrirá, nem reduzir uma experiência espiritual a mecanismos já conhecidos.

Seria mais simples e, ao mesmo tempo, mais exigente: ***observar suficientemente bem para descobrir que espécie de pergunta o fenômeno realmente nos permite fazer.***

É uma diferença fundamental.

Em vez de começar pela explicação para enquadrar os acontecimentos, começamos pelos acontecimentos para verificar qual explicação, se alguma, eles exigem.

Talvez seja essa uma das formas contemporâneas de manter aberta a fronteira entre experiência espiritual, investigação racional e conhecimento científico: sem negar antecipadamente o desconhecido, mas também sem atribuir-lhe, antes do tempo, aquilo que ainda não conseguimos demonstrar.

Nessa perspectiva, o material inicialmente concebido para representar pensamento, passe e ação fluídica pode assumir função mais promissora: tornar-se ponto de partida para uma metodologia de observação sistemática da experiência do passe, doutrinariamente informada, fenomenologicamente aberta e empiricamente examinável.

Para a turma, a prática não seria uma demonstração prévia de teoria. Seria exercício de campo: registrar a experiência com respeito, comparar relatos independentes, acolher diferenças e admitir quando não aparece uma regularidade. Se surgir um padrão robusto, a pergunta seguinte será como verificá-lo; a identificação do mecanismo virá depois, caso os dados a sustentem.

Jesus e a medida moral da cura

Os Evangelhos narram curas realizadas por Jesus em situações distintas. Em algumas passagens, aparecem a palavra e a confiança; em outras, o toque ou um gesto material. Há também relatos de cura à distância. Em Lucas, o centurião pede por seu servo, e os enviados o encontram curado ao regressarem; em João, Jesus está em Caná quando o oficial lhe pede pelo filho enfermo em Cafarnaum, e o pai depois confirma que a melhora começou na hora em que Jesus lhe falou (Bíblia, Lucas 7, 1–10; João 4, 46–54). Nesses relatos, a distância não aparece como impedimento à cura narrada.

Na interpretação espírita, Kardec apresenta a ação fluídica como explicação doutrinária para determinadas curas e relaciona seus efeitos à qualidade do fluido, à vontade, às intenções e a circunstâncias particulares (Kardec, 1868, cap. XIV, itens 31–32). Essa leitura oferece elementos para refletir sobre a assistência espiritual. Sua aplicação à cura à distância, neste estudo, constitui uma possibilidade interpretativa; não identifica, por si só, um mecanismo físico comprovado nem equivale a um ensaio clínico.

Ao considerar as condições espirituais envolvidas, esta obra propõe observar tanto a disposição de quem atua como médium emissor quanto a situação do assistido. A intenção caridosa, o equilíbrio íntimo, a disciplina da vontade, a humildade e o preparo do médium podem ser considerados fatores relevantes. Do lado do assistido, podem ser ponderados sua disposição e receptividade, o respeito às suas crenças e, conforme suas possibilidades, o esforço de combater vícios e cultivar virtudes, em consonância com os compromissos que a narrativa atribui à encarnação. São fatores de reflexão no plano doutrinário e interpretativo, não uma fórmula capaz de garantir a cura.

Nota sobre prova, expiação e auxílio. Não se deve exigir que o enfermo esteja “em prova e não em expiação”, nem classificar sua condição espiritual apenas com base na doença. Em *O Evangelho segundo o Espiritismo*, Kardec adverte que não se deve deixar de aliviar o sofrimento sob o argumento de que ele seria expiatório; ajudar a atenuá-lo ou fazê-lo cessar também pode constituir prova ou expiação para quem socorre (Kardec, 1864, cap. V, item 27). Assim, o esforço moral do assistido pode integrar a reflexão sobre sua experiência, mas não deve converter-se em julgamento, requisito de merecimento ou explicação automática para a ausência de melhora.

A possibilidade de cura à distância permanece, nesta obra, uma questão espiritual e interpretativa. A falta de comprovação de um mecanismo físico não demonstra que a assistência espiritual à distância seja impossível; tampouco os relatos evangélicos ou a interpretação kardecista, por si sós, comprovam cientificamente que uma prece tenha alterado uma doença ou uma célula. A assistência espiritual pode acompanhar os cuidados de saúde, sem substituí-los nem prometer resultados.

É necessário distinguir também os sentidos atribuídos à cura. Uma oração pode consolar e fortalecer quem a pratica; uma conversa pode devolver esperança; um tratamento pode intervir em processos orgânicos; e a reconstrução de vínculos pode reduzir o isolamento. Esses efeitos podem coexistir, mas não devem ser confundidos. Cada afirmação precisa corresponder ao que foi observado.

— O que podemos afirmar de Jesus? — perguntou *Lucía*.

— Podemos reconhecer o que os Evangelhos narram e refletir sobre o sentido moral dessas curas — respondeu Demétrius. — Quanto aos mecanismos, devo falar com comedimento. Há relações que conheço, mas não me cabe antecipar tudo o que ainda precisa ser compreendido na Terra. Posso dizer até aqui: a distância não basta para declarar impossível a assistência. Também não devemos usar a dor de alguém para provar uma teoria, nem prometer uma cura cujo resultado não podemos assegurar.

Quinta travessia — A estrada cigana: aprender para viver

A estrada cigana não começa nesta travessia; aqui ela se torna mais visível como experiência coletiva. As perguntas dos capítulos anteriores — matéria, corpo, campos, pensamento e cuidado — retornam agora ao lugar para o qual foram preparadas: a vida encarnada, com seus ofícios, deslocamentos, riscos, conflitos e vínculos. O que antes foi estudado passa a ser confrontado com o cotidiano.

Antes da partida: os saberes que a falange precisava levar

Quem caminha com quem: nomes, vínculos e memória

Luciano: Nome narrativo adotado para Leonel. Quando o texto registra fatos da SERTE, mantém o nome documentado: Leonel Timóteo Pereira, conhecido como Nelito.

Lucía: Correspondente espiritual, Lenir, proposta pelo autor. Lucía aprende a discernir pressentimentos sem tomar para si as escolhas do grupo.

Mateo: Hélio Abreu Filho conduz a investigação contemporânea; Mateo é a voz narrativa que organiza as perguntas nos diálogos.

Mocinha / Inés: Inés é o nome espanhol empregado na narrativa para essa identidade em outra existência; a memória narrativa a apresenta como mãe em uma trajetória e avó de Lucía em outra.

Esta nominata é uma chave de leitura da continuidade espiritual imaginada pelo autor. As correspondências entre vidas são hipótese narrativa e não identificação demonstrada por documentos históricos.

A preparação narrada neste livro situa-se em 1550, antes do retorno da falange à matéria. A aula é um exercício de fixação para vidas futuras, não uma tentativa de substituir o trabalho que cada geração fará na Terra. Os participantes reaprenderão conceitos em outros tempos, com outros instrumentos e linguagens; o que se busca conservar é a disciplina de observar, distinguir e servir.

A comunidade cigana apresentada aqui é a história particular atribuída a esta falange, não um retrato da diversidade dos povos ciganos. A memória espiritual do autor inclui experiências de escravização entre 1400 e 1550. O texto nomeia essa violência como algo sofrido, nunca merecido pelas vítimas. A interpretação de redenção diz respeito ao percurso espiritual dos personagens e não explica nem justifica a perseguição histórica de um povo.

Naquela sala estavam também **Julia, Mesías, Nair, Romeo, Adelina, Helio Abreu e Regina Abreu, Helio Filho, Milton, Sonia, Nilza, Dário, Josefa, Neri, Evaldo, Teresa, Demostenes, Antonio, José**, entre outros. A relação não esgota o grupo; outros nomes seriam incorporados à medida que a narrativa avançasse. A aula era uma preparação comum: ninguém aprenderia apenas para si.

Os **três primeiros eixos** organizam a aprendizagem. O *primeiro* trata do corpo, da matéria, da energia e do magnetismo: observar o que é material e medir o que for possível. O *segundo* reúne pensamento, prece, intenção e cuidado: ouvir relatos sem confundi-los com prova de mecanismo. O *terceiro* leva o saber à vida coletiva: ofícios, relações de confiança, proteção dos vulneráveis e transmissão entre gerações. Os capítulos anteriores desenvolveram as perguntas; aqui elas voltam como treinamento para a experiência encarnada.

Essa ordem é intencional. O estudo da eletricidade, da matéria e do magnetismo não pretende deduzir da física uma explicação espiritual. Serve para exercitar a observação, distinguir fenômenos e reconhecer os limites de cada afirmação. Ao retornarem à vida encarnada, os integrantes precisariam compreender o corpo, lidar com materiais e ferramentas, aprender ofícios e responder a necessidades concretas. Estudar em conjunto também os exercitaria a escutar, perguntar, corrigir conclusões e repartir o conhecimento. Isso não recompõe, por si só, os vínculos feridos, mas prepara a consciência e a prática para que o saber possa ser colocado a serviço da vida.

Ofícios que passam de mão em mão

Romeo perguntou como os conhecimentos passariam de uma geração à outra. *Leonel* respondeu que seriam transmitidos pelo convívio e pelo trabalho. Quem criasse cavalos ensinaria a observar os animais; quem negociasse ensinaria a medir, avaliar e cumprir a palavra; quem trabalhasse metais mostraria como o material reage ao fogo e à ferramenta. O saber não seria propriedade de uma só pessoa: compartilhado com os mais novos, poderia continuar vivo na comunidade.

Na comunidade daquela narrativa, alguns seriam criadores de cavalos, comerciantes, funileiros, joalheiros e conhecedores das pedras encontradas nos rios. A alquimia do século XVI também faria parte daquele ambiente, tanto como prática de transformação de substâncias quanto como linguagem simbólica. Demétrius recomendou que os alunos distinguissem o que se fazia e observava daquilo em que se acreditava sobre o significado do processo. Um símbolo pode guardar uma experiência, mas não comprova, por si, a explicação que lhe é atribuída.

Os exemplos de cuidado apareciam em gestos cotidianos: observar o comportamento de um cavalo antes de concluir o que sentia; identificar raízes com quem conhecesse plantas, sem presumir que toda planta fosse segura; e compreender que benzer uma ferida podia ser um gesto de amparo, sem substituir o cuidado material necessário. Na narrativa, a intuição abre uma pergunta; a responsabilidade pede verificação e proteção.

Adelina perguntou quem decidiria o caminho, repartiria o trabalho e resolveria os conflitos. Demétrius respondeu que a comunidade também teria de aprender a confiar, cuidar dos mais vulneráveis, transmitir ofícios e lidar com divergências. Os mais velhos poderiam aconselhar; os mais novos deveriam poder perguntar. O comércio e o trabalho não seriam condenados por si: o compromisso estaria na honestidade das trocas e em não transformar a necessidade alheia em exploração.

Quando a falta se transforma em compromisso

Segundo a memória espiritual que orienta esta cena, alguns viajantes da falange apropriaram-se de pertences de uma pequena comunidade cigana que vivia em uma vila agrícola de passagem, na qual permaneciam sobretudo idosos e adoentados. A narrativa situa essa vila em Santa Cília, no Reino de Aragão, integrante da Coroa de Aragão, em território hoje pertencente à Espanha. A pequena dimensão do lugar encontra apoio documental: a história oficial do município registra 22 fogos em 1488, 33 em 1609 e 27 em 1646.

A presença daquela comunidade cigana, a permanência de idosos e adoentados, a olaria e o episódio envolvendo seus pertences, entretanto, pertencem à memória narrativa do autor e não foram confirmados pela documentação consultada. Segundo essa mesma memória, muitos dos filhos daqueles idosos teriam morrido em conflitos ocorridos na região, deixando-os em situação de maior fragilidade.

Do outro lado, a necessidade de alimentar e proteger os viajantes ciganos em passagem ajuda a compreender as circunstâncias em que alguns deles se apropriaram de alimentos e outros bens, mas não torna justo o ato praticado. O que aos viajantes poderia parecer excedente ou dispensável guardava, para quem o possuía, valor, segurança, lembranças e sentido.

Demétrius não os condenou para que permanecessem presos à culpa, nem permitiu que a dificuldade vivida servisse de absolvição. Convidou-os a reconhecer o dano, compreender suas consequências e procurar, quando possível, uma forma de reparação. A falange decidiu converter aquela lembrança em compromisso de serviço. A reparação não seria compensação automática nem apagaria o passado; dependeria da mudança e das escolhas de cada um.

Na concepção espiritual que orienta o autor, essa trama envolveria cerca de quatrocentas pessoas, entre as que foram prejudicadas e as que causaram danos. O caminho reparador não exigiria que cada pessoa reencontrasse, uma a uma, todas as demais em sucessivas encarnações. A falange teria escolhido uma tarefa de alcance coletivo: aproximar pessoas carecidas de atenção e convidar antigos causadores de dano a participar de um serviço de cuidado, sem coação. A responsabilidade individual não desapareceria no trabalho comum, e ninguém que tivesse sido prejudicado seria obrigado a perdoar. A confiança precisaria ser reconstruída por ações continuadas, respeito aos limites e divisão de responsabilidades.

— Se a nossa tarefa é refazer vínculos, por que começamos pela eletricidade e pela matéria? — perguntou *Lucía*.

— Porque vocês voltarão a viver na matéria e precisarão observá-la, conhecê-la e trabalhar com ela — respondeu Demétrius. — Mas o estudo físico não reconcilia, por si só, quem se feriu. Para isso, será preciso reconhecer o dano, respeitar quem o sofreu e construir confiança por meio de atos continuados. A percepção espiritual tampouco torna alguém moralmente seguro: podemos pressentir e ainda escolher mal. Reunir tantas pessoas exigiria planejamento, tempo e cooperação, inclusive de gente que não pertencesse à falange. Há mais que eu poderia dizer sobre os vínculos que atravessam existências, mas não me cabe antecipar como cada um responderá no futuro. Posso dizer até aqui: esta preparação deve ajudá-los a cooperar. Se, séculos depois, uma obra acolhedora reunir pessoas em torno do cuidado, ela dependerá de muitas escolhas, feitas por muitos.²

Santa Cilia por volta de 1550 — o que a história permite afirmar

² **Nota sobre a cronologia espiritual.** Na construção narrativa do autor, o percurso entre 1550 e 1956 — 406 anos — e entre 1720 e 1956 — 236 anos — permite representar uma preparação prolongada, atravessada por sucessivos retornos. Não há regra doutrinária que estabeleça quanto tempo uma reparação coletiva precisa durar. Considero, como hipótese espiritual, que ao longo desses séculos poderiam ter ocorrido aproximações, reconhecimento de danos e fortalecimento gradual dos vínculos entre cerca de quatrocentas pessoas, entre as que foram prejudicadas, as que causaram danos e outros integrantes do grupo. Esse processo não exigiria reencontros individuais e obrigatórios, um a um, em cada encarnação: poderia também expressar-se em compromissos coletivos de cuidado e serviço. A reparação comum, porém, não apagaria as responsabilidades individuais nem imporia perdão a quem sofreu. A ligação dessa trajetória à futura SERTE acolhedora pertence à interpretação espiritual do autor, não à comprovação histórica da identidade de seus participantes.

Precisão geográfica. A Santa Cilia desta narrativa é a atual Santa Cilia, em Huesca, Aragão, no vale do rio Aragón, próxima a Jaca. Não deve ser confundida com Santa Cecília de Voltregà, em Osona, Catalunha. Essa distinção é decisiva para não transportar para a saga conflitos e fatos pertencentes a outra localidade.

A história municipal registra Santa Cilia desde a Idade Média e a vincula secularmente ao Real Monastério de San Juan de la Peña. Em 1336, depois de um período de despovoamento e fortes cargas, houve reorganização da povoação. No século XV, os monges construíram a Casa-Palácio ou Casa do Clavero, usada como armazém e despensa do mosteiro. Em 1488, a vila contava 22 fogos — unidades domésticas, não indivíduos —, dado que confirma a pequena escala do lugar no período próximo ao da narrativa (AYUNTAMIENTO DE SANTA CILIA, [s. d.]a).

A posição geográfica reforça a plausibilidade de Santa Cilia como lugar de passagem. O ramo aragonês do Caminho de Santiago atravessava os Pireneus pelo Somport, descia a Canfranc e Jaca e seguia pelo vale do Aragón; Turismo de Aragón situa o esplendor medieval dessa rota entre os séculos XI e XVI. Santa Cilia permanece à beira desse corredor e entre Jaca, San Juan de la Peña e os acessos aos vales ocidentais. A documentação municipal também associa a antiga ponte à circulação de rebanhos em transumância. Esses elementos sustentam um cenário de passagem, comércio, peregrinação e deslocamento de animais; não demonstram o itinerário específico da falange (TURISMO DE ARAGÓN, [s. d.]; AYUNTAMIENTO DE SANTA CILIA, [s. d.]b).

Jaca era o centro urbano mais importante nas proximidades. O portal DARA, do Governo de Aragón, registra 143 fogos em 1495, além de sua condição de cidade de realengo e representação nas Cortes de Aragón. Para a saga, isso ajuda a compreender por que uma vila pequena como Santa Cilia podia estar conectada a uma rede regional maior de administração, peregrinação, comércio e justiça, sem deixar de conservar escala rural (GOBIERNO DE ARAGÓN, [s. d.]).

A presença de grupos Roma na Coroa de Aragón também é documentada antes de 1550. Em 12 de janeiro de 1425, Afonso V concedeu salvo-conduto a Juan de Egipto Menor e a seus acompanhantes para circular pela Coroa; o Arquivo da Coroa de Aragón registra outros salvo-condutos ao longo do século XV, muitos relacionados a peregrinações a Santiago e outros lugares de devoção. Esse conjunto sustenta a presença e a circulação Roma em território aragonês, mas não localiza aquela comunidade específica em Santa Cilia (ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGÓN, 1425).

O contexto jurídico, porém, mudou. A Pragmática Real de 4 de março de 1499 anulou salvo-condutos ainda vigentes e inaugurou uma política coercitiva que pressionava os Roma a abandonar a itinerância, fixar residência e exercer ofício ou serviço reconhecido, sob ameaça de punição e desterro. Assim, uma narrativa situada por volta de 1550 deve levar em conta não apenas a mobilidade pelos corredores pirenaicos, mas também a insegurança jurídica que já cercava grupos itinerantes. Essa informação sustenta o período histórico em escala regional; não prova que a falange tenha sofrido determinada medida em Santa Cilia (ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGÓN, 1425).

O que permanece memória narrativa precisa continuar claramente separado da documentação: a presença daquela comunidade cigana na vila, a permanência de idosos e adoentados, a olaria específica do grupo, o episódio dos pertences e o calendário sazonal das carroças. Há documentação regional de produção e circulação de cerâmica em Aragón e achados em Jaca, o que oferece contexto de ofício; não constitui prova de uma oficina cigana em Santa Cilia no século XVI. A força histórica do cenário está, portanto, na compatibilidade do lugar e do período, não na transformação da memória espiritual em fato documental.

Santa Cilia e o corredor do Aragón: a vila na estrada

Santa Cilia está junto ao rio Aragón, na rota que desce do passo de Somport por Canfranc e Jaca. A documentação municipal registra o caminho, a ponte e a passagem de rebanhos em transumância; a fonte oficial do Caminho de Santiago descreve o corredor medieval de Arles a Toulouse, pelo Somport, até Jaca. Esses elementos tornam a vila uma âncora geográfica plausível para a cena, mas não comprovam que a falange tenha passado por ali nem identificam uma comunidade cigana residente.

No livro *A Nossa Corrente, Memórias, Caminhos, Reencontros*, a chegada é descrita em campos espanhóis, sem nomear a vila. Por isso, Santa Cilia aparece aqui como parada narrativa proposta a partir dos mapas e da discussão sobre a pequena vila, não como localidade expressamente identificada naquele livro.

O ciclo abaixo organiza a lembrança do autor: no inverno, parte dos mais velhos e adoentados permaneceria na vila, com trabalho leve de horta e olaria; na primavera, a comunidade cuidaria dos nascimentos e prepararia os animais e as carroças; no verão, o grupo móvel buscaria pastos altos e faria trocas; no outono, retornaria pelo corredor francês e pelo Somport antes do frio mais intenso. As funções e estações descritas são uma reconstrução narrativa e logística, não um calendário provado para os Roma da região.



Mapa 1. Corredor sazonal proposto. A rota Arles–Toulouse–Somport–Jaca é documentada como caminho medieval de peregrinação e serve aqui como analogia geográfica. O livro consultado menciona campos espanhóis sem nomear a localidade; Santa Cilia é uma parada cartográfica proposta. A passagem das carroças, a comunidade cigana na vila e o calendário sazonal são hipóteses narrativas. O passo alpino exato não está identificado.

A rota das estações — reconstrução narrativa

O quadro organiza a memória do autor em um ciclo de descanso, preparação, pastagem, trocas e retorno. Ele não é apresentado como calendário histórico comprovado dos Roma da região; funciona como reconstrução logística coerente com a narrativa e com a geografia do corredor pirenaico.

Estação	Parada e movimento	Função na narrativa
Inverno	Santa Cilia e o vale	Os mais velhos e adoentados permanecem; agricultura leve e olaria; descanso, visita, conserto e trocas.
Primavera	Preparação para partir	Na memória narrada, nascem potros; o grupo recupera os animais e revisa arreios e carroças.
Verão	Pastos altos e região alpina	O grupo móvel busca pastagem e realiza trocas; os animais se desenvolvem antes do retorno.
Outono	Descida pelo corredor francês e Somport	Retorno a Santa Cilia antes do inverno; reencontro com familiares e moradores que ficaram.

Quando a inspiração precisa tornar-se obra

Segundo a história institucional da SERTE, em 1956 Leonel Timóteo Pereira, conhecido como Nelito, participou de uma sessão mediúnica com sua esposa, Júlia Cascaes Pereira, na qual recebeu a mensagem: “Nelito: auxílio na Ilha”. O mesmo relato registra uma visão anterior, ligada ao terreno da Cachoeira do Bom Jesus onde, mais tarde, se instalaria a obra. Nesta narrativa, esses registros institucionais se articulam à interpretação espiritual do autor, que os relaciona à preparação da falange (SERTE, [s. d.]a).

Receber uma mensagem não bastaria. Na leitura que orienta este relato, a inspiração teria de se transformar em organização, participação e serviço. Segundo a memória local reunida por Hélio, os primeiros acolhimentos de idosos na Cachoeira teriam ocorrido por volta de 1964–1965, conforme havia condições de água, camas, agasalhos e cozinha. A página institucional da SERTE registra a criação da entidade em 1956; uma retrospectiva publicada pela própria instituição situa desde 1967 sua obra de acolhimento como porto seguro para pessoas socialmente vulneráveis. A leitura comparada sugere marcos possivelmente distintos, mas as páginas consultadas não permitem fixar o início exato dos primeiros atendimentos. A lembrança de 1964–1965 permanece, portanto, memória local, não confirmação documental independente (SERTE, [s. d.]b, [s. d.]c).

Na hipótese de continuidade espiritual apresentada nos materiais do autor, o interesse narrativo de Luciano — figura histórica referida nos registros como Leonel Timóteo Pereira, conhecido como Nelito — está em transformar a convocação, os recursos e a capacidade de mobilizar pessoas em serviço coletivo. A negociação e a liderança ganham sentido quando sustentam o cuidado e permitem que a obra sobreviva ao fundador. Essa leitura também reconhece o risco de centralização: a instituição deve tornar-se compromisso de muitos, não propriedade moral de uma só pessoa. Trata-se de interpretação do autor sobre a trajetória, não de uma afirmação documental sobre a intenção íntima de Luciano.

A existência do *Asylo Irmão Joaquim*, no centro de Florianópolis, integra esse contexto de assistência, sem tornar desnecessária a iniciativa da Cachoeira. A Associação Irmão Joaquim informa que foi criada em 1902 e que seu asilo foi inaugurado em 1910. São iniciativas de épocas e territórios distintos, reunidas por uma história local de cuidado (ASSOCIAÇÃO IRMÃO JOAQUIM, [s. d.]).

Em outro plano, a cronologia espiritual proposta pelo autor situa o retorno à carne por volta de 1550, um retorno parcial de integrantes da falange em torno de 1720, novas encarnações a partir de 1920 e a aproximação de alguns companheiros à história da SERTE desde 1956. Essa sequência pertence à interpretação espiritual e à construção narrativa do autor; não constitui prova histórica de vidas sucessivas.

Para fins desta narrativa, o período de 1956 a 1976 é considerado um arco de mobilização e continuidade da obra, não um mandato pessoal do personagem Luciano. A página de governança da SERTE registra a presidência histórica de Leonel Timóteo Pereira, conhecido como Nelito, entre 1956 e 1974 (SERTE, [s. d.]d). O ano de 1976 delimita o recorte adotado pelo autor; não o atribuo a um acontecimento institucional específico.

Mocinha — a mulher que guardou o ‘fio da história cigana’

Há pessoas cuja presença cresce na memória porque estiveram à frente dos acontecimentos. Outras somente se tornam visíveis quando o tempo abre gavetas, devolve cadernos e permite compreender a importância de gestos que, enquanto aconteciam, pareciam pequenos. Andrônica Pereira Moura, a **Mocinha**, pertence a esse segundo grupo.

Durante muitos anos, para mim, ela esteve sobretudo ligada a uma referência familiar: era irmã de Nelito. Sua fotografia permanecia na sala da direção da SERTE e esteve também diante de meus olhos no período em que dirigi a instituição. Eu conhecia o rosto e conhecia o parentesco. Não conhecia ainda a extensão do trabalho. Em 1997, quando Lenir Wolter me falou dos livros de capa preta provenientes de **Mocinha**, aqueles cadernos começaram a retirar a mulher da moldura e a devolvê-la à história. Ali estavam registros das primeiras sessões mediúnicas praticadas por familiares e amigos de Nelito, escritos quando os acontecimentos ainda estavam em curso (ABREU FILHO, 2026b).

Os cadernos não revelam uma personagem pronta. Revelam um percurso. Em 2 de junho de 1956, em Florianópolis, **Mocinha** anotou que assistia pela primeira vez àquele tipo de trabalho realizado com letras dispostas sobre a mesa e um copo utilizado como indicador. Sua expressão — “a primeira seção que assisti, com referência a esses trabalhos” — deve ser lida com cuidado: documenta a novidade daquela modalidade para ela, mas não autoriza concluir que fosse seu primeiro contato com Espiritismo, mediunidade ou experiências espirituais.

A memória familiar permite recuar um pouco mais, sem transformar lembrança em documento. Regine Abreu, mãe do autor, recordava que, ainda criança, frequentara com o pai o norte da Ilha e conhecera no hotel de Dona Nola, em Canasvieiras, um ambiente no qual atividades mediúnicas eram realizadas. Se essa lembrança estiver correta, **Mocinha**, então adolescente, teria conhecido muito cedo uma casa familiar em que tais questões já eram experimentadas. Não sabemos, porém, se havia reuniões regulares, estudo sistemático das obras de Kardec ou qualquer formação mediúnica organizada. O testemunho apenas abre uma possibilidade de contexto. [3]

Entre aquela adolescência, situada pela memória familiar no fim da década de 1930, e a mulher adulta que encontramos nos registros de 1956 estendem-se quase duas décadas cuja história ainda não conseguimos reconstruir. Nesse intervalo, **Mocinha** constituiu família, viveu em Paranaguá e formou relações que, quando reaparecem nos documentos, já a colocam em contato com pessoas vinculadas ao Espiritismo. O silêncio documental não deve ser preenchido por imaginação; também não nos obriga a supor que tudo tenha começado em junho de 1956.

Pouco mais de um mês depois daquela reunião em Florianópolis, em 18 de julho, **Mocinha** estava em Paranaguá e escreveu que falara a seus “amigos do Centro Espírita Miguel” sobre o que havia presenciado, convidando-os a formar um grupo para realizar experiência semelhante.

[3]. Memória familiar de Regine Abreu, mãe do autor: nascida em 1932, recordava que, aos seis anos, acompanhava o pai em viagens de trabalho ao norte da Ilha e se hospedava no hotel de **Dona Nola**, em Canasvieiras, onde eram realizadas atividades mediúnicas das quais ele participava. Registro oral familiar, sem documentação que permita afirmar a existência de grupo espírita regular, estudo sistemático de Kardec ou formação mediúnica formal de **Mocinha**.

Em 25 de julho há novo registro; em 25 de agosto, novamente em Florianópolis, ela pergunta por que os trabalhos de Paranaguá não estavam alcançando resultado, recolhe a orientação de reduzir o número de participantes e, ao retornar, informa que a experiência foi repetida com êxito. Em 19 de dezembro, ainda antes da constituição formal da SERTE, seu nome volta a aparecer numa sessão em Paranaguá; sete dias depois, em 26 de dezembro de 1956, os registros situam a fundação do Ranchinho dos Trabalhadores no Espaço (ABREU FILHO, 2026b).

Essas datas importam porque dezembro de 1956 não aparece mais como um começo surgido de repente. Quando o Ranchinho dos Trabalhadores no Espaço recebe forma institucional, já havia pessoas experimentando, perguntando, corrigindo procedimentos, formando vínculos e fazendo circular experiências entre Florianópolis e Paranaguá. **Mocinha** estava entre elas. Não chega à história depois da SERTE; está nos movimentos que antecedem sua constituição.

O registro de 9 de janeiro de 1957 acrescenta outro elemento. Nelito escrevera à irmã pedindo conselhos a respeito dos trabalhos realizados em sua casa. **Mocinha** levou a carta à reunião em Paranaguá, apresentou a dificuldade, pediu auxílio para Nelito e Júlia, interrogou sobre a organização dos trabalhos e perguntou inclusive sobre a continuidade da psicografia do irmão. O episódio não autoriza construir hierarquias entre os dois. Mostra algo mais simples e, talvez, mais significativo: no início da obra, Nelito também perguntava; e uma das pessoas a quem recorria era **Mocinha** (ABREU FILHO, 2026b).

Surge daí uma simetria temporal que deve ser tratada como imagem interpretativa, não como demonstração. Para Nelito, este livro acompanha cerca de vinte anos adiante, entre 1956 e 1976, período em que a convocação precisaria converter-se em construção, organização, captação, acolhimento e continuidade. Para **Mocinha**, a memória familiar abre quase duas décadas anteriores, entre a adolescência e 1956, cujo conteúdo conhecemos apenas em fragmentos. Não são períodos equivalentes nem cronologias probatórias. São tempos distintos de preparação: um se deixa acompanhar na edificação da obra; o outro chega a 1956 trazendo relações, hábitos de registro, perguntas e amizades espíritas que já existiam.

A mão que registrava, porém, não serviu apenas à memória. Nos materiais preservados pela SERTE, **Mocinha** aparece também associada à produção mediúnica de poesias. Na linguagem espírita daqueles grupos, esses textos eram compreendidos como psicografias; do ponto de vista histórico, são composições preservadas como recebidas em contexto mediúnico. Muitas delas, pela lembrança de quem viveu a Casa, passaram a ser retomadas em reuniões de elevação, preparação espiritual e atendimento aos que se aproximavam em busca de socorro.

Entre essas composições, uma adquiriu lugar singular: Casa de Erasto. O registro a identifica como psicografia de **Mocinha** e seus versos falam dos idosos cansados, do abrigo, das mãos fraternas e da obra erguida para acolher quem não tinha teto. Com o tempo, tornou-se, para nós, uma espécie de poesia-mãe da SERTE. Não porque tenha criado estatutos ou definido estruturas administrativas, mas porque conseguiu dizer em linguagem afetiva e espiritual aquilo que a obra procurava fazer: receber quem chegava cansado da estrada e oferecer abrigo, cuidado e dignidade (ABREU FILHO, 2026b).

Talvez por isso a presença de **Mocinha** tenha permanecido menos ligada ao protagonismo e mais à continuidade. Ela registra, transporta perguntas, aproxima grupos, conserva palavras e participa do serviço. Quando o tempo multiplicou os feitos de Nelito e Júlia, sua figura pôde parecer menor na memória posterior. Os livros de capa preta mostram outra coisa: não uma protagonista isolada, nem uma personagem a ser colocada acima dos demais, mas uma trabalhadora inserida no conjunto e presente justamente quando os fios ainda estavam sendo aproximados.

Na memória espiritual que sustenta esta narrativa, Inés aparece ao lado de Demétrius, próxima de **Lucía**, ajudando a transmitir saberes e a manter o cuidado. A vida documentada de **Mocinha** não prova essa continuidade espiritual, e este livro não a apresenta como identificação histórica demonstrada. Há, entretanto, uma correspondência de função que o autor não deseja ocultar: na narrativa, Inés ajuda a guardar e transmitir; na existência documentada, **Mocinha** volta a aparecer ligando pessoas, preservando registros e sustentando caminhos. A semelhança pode ser reconhecida sem ser convertida em prova.

Talvez seja assim que o serviço se distribua entre nós. O mesmo barro chega às mãos do oleiro, mas não recebe sempre a mesma forma. Um vaso levará água ao caminhante; outro guardará alimento; outro receberá flores sobre a mesa; outro permanecerá junto às mãos que oram. Não é a forma que estabelece a grandeza do serviço, mas aquilo que, por seu intermédio, pôde ser oferecido.

A forma que coube a **Mocinha** parece ter incluído uma tarefa particularmente silenciosa: ***guardar os fios de uma história que ainda estava sendo tecida***. Guardou acontecimentos, nomes, perguntas, comunicações e datas. Levou experiências de Florianópolis a Paranaguá e trouxe de Paranaguá perguntas e orientações. Deixou textos que a comunidade incorporou à própria vida espiritual. Quando, décadas depois, seus livros reapareceram, devolveram à SERTE uma parte de sua memória e permitiram perceber que a obra não nascera de uma única mão.

Por isso, a homenagem mais justa talvez não seja retirá-la da discrição para colocá-la num pedestal. É simplesmente devolver-lhe o lugar que os próprios registros permitem reconhecer: dentro do conjunto. A obra precisava de quem visse, de quem construísse, de quem acolhesse, de quem liderasse, de quem perguntasse e também de quem escrevesse. Em **Mocinha**, a história preservou uma dessas mãos.

Na memória do autor, a estrada até a Cachoeira era longa e difícil. A construção da obra física contou com contribuições voluntárias, com o trabalho dos integrantes da falange e dos moradores, com jovens que carregavam pedras e com mulheres da região que sustentavam parte da vida comunitária enquanto seus maridos passavam meses embarcados. A localidade também contava com saberes de cuidado transmitidos entre mulheres. Segundo essa memória, Zildinha, então com 16 anos, foi preparada para atuar como parteira, ampliando os recursos disponíveis à comunidade. Esses detalhes são apresentados como lembranças pessoais; os documentos reunidos neste manuscrito não permitem confirmá-los de forma independente.

No plano espiritual da narrativa, as perguntas da falange de Luciano sobre matéria, energia, magnetismo, pensamento e tempo integravam a preparação para o serviço. Eram também

exercícios de fixação de conhecimentos terrenos que, segundo a concepção do autor, poderiam ser retomados e desenvolvidos em encarnações futuras. Isso não significa atribuir aos personagens, em sua experiência terrestre, o domínio de formulações científicas posteriores. A referência a Kardec e aos conhecimentos que viriam a ser organizados na Terra pertence a outro tempo e deve ser apresentada com essa distinção.

O aprendizado a guardar não seria uma coleção de fórmulas decoradas, mas um conjunto de referências para agir: aprender antes de ensinar, pedir auxílio quando necessário, dividir responsabilidades e não usar a necessidade como justificativa para causar dano a outra pessoa.

Perguntas para não esquecer

As perguntas a seguir retomam os conceitos principais da preparação. Cada resposta separa o que a matéria permite afirmar do que continua como hipótese espiritual. A repetição é deliberada: a turma deverá reencontrar essas questões em outras vidas e reaprender com as condições de cada época.

O que a energia pode fazer com a matéria?

Sim. A física descreve transformações de energia e a equivalência entre massa e energia. A expressão $E_0 = mc^2$ refere-se à energia de repouso associada à massa. Ela não prova, por si, uma origem espiritual da matéria.

Até onde o átomo nos leva?

Não há essa sequência. O átomo possui estrutura interna; prótons e nêutrons, por sua vez, são descritos em termos de quarks e glúons. Elétrons e quarks são tratados como elementares no modelo atual, sem que isso prove que sejam o último nível possível. O bóson de Higgs não é o término de uma escada material, e “onda” não é simplesmente uma camada abaixo da partícula.

Quando uma força altera a matéria

Sim, quando existe interação. A força resultante pode mudar o movimento; outras interações podem aquecer ou modificar um material. Para atribuir esse efeito a uma causa específica, é preciso identificar e testar a interação, não apenas observar que algo aconteceu.

O céu elétrico: raios e campos

Sim. Partículas carregadas e cargas produzidas por ionização podem interagir com campos elétricos. Isso é um fenômeno físico. Não é prova de que a exposição natural mova objetos de maneira perceptível ou explique uma ação espiritual.

Responder é pensar?

Não necessariamente. A mudança de forma ou movimento pode decorrer de propriedades físicas e de estímulos previstos. Responder não é o mesmo que pensar; é preciso evidência própria para atribuir consciência.

Podemos medir o transcendente?

Não como grandezas físicas medidas, enquanto não houver definição operacional, instrumento e observação que permitam medi-las. Podemos formular a pergunta em linguagem filosófica ou doutrinária, deixando claro que ainda não é uma equação científica.

Amor, prece e cura: o que realmente sabemos?

Não conhecemos uma radiação física do amor que tenha sido identificada e medida. A tradição evangélica relata curas; a interpretação fluídica é uma leitura espírita desenvolvida por Kardec. Devemos distinguir o relato, a interpretação e a explicação física, sem fingir que já medimos o mecanismo.

Transformação prova um Criador?

Não por si mesmas. A física descreve relações e transformações. Interpretá-las como obra de um Criador é uma conclusão filosófica ou religiosa, que deve ser reconhecida como tal.

Moral e capacidade de agir

É uma hipótese espiritual: a moral pode condicionar a direção e o uso responsável das capacidades. A doutrina espírita relacionará progresso intelectual e moral; isso não transforma a relação em lei física demonstrada (Kardec, 1857, q. 780).

A pergunta que reúne a viagem: o que afinal estamos aprendendo?

No plano espiritual, no período que antecedia o retorno da falange à carne, situado pela narrativa em 1550, Demétrius voltou a reunir os companheiros. A aula retomava perguntas que eles encontrariam em outras vidas, em épocas e linguagens diferentes. Não se tratava de entregar fórmulas para serem repetidas sem compreensão, mas de exercitar a observação, o discernimento e a responsabilidade que precisariam reaprender e aplicar.

As palavras científicas empregadas nesta narrativa pertencem à linguagem usada para organizar a aula no plano espiritual; não são atribuídas aos encarnados de 1550. Certas formulações morais e espíritas chegariam à humanidade séculos depois, em parte com Kardec. O conhecimento sobre eletricidade, cérebro, partículas e campos seguiria o percurso próprio da pesquisa material. A possibilidade de conhecer algo em espírito não dispensava a investigação dos encarnados nem autorizava antecipar tudo.

— Há relações que reconheço, mas nem todas me cabe expor — disse Demétrius. — Minha tarefa é conduzi-los até onde a preparação permite. Na Terra, cada geração precisará observar, nomear, comparar e verificar com os recursos de seu tempo. Em missões determinadas e sob autorização superior, algum conhecimento poderá ser antecipado; a exceção não transforma a antecipação em regra.

Lucía perguntou como as aulas sobre corpo e matéria, pensamento e cuidado, ofícios e vida coletiva se uniriam. Demétrius respondeu que a turma ainda precisava reconhecer o *quarto eixo*: a

pergunta que daria direção ao estudo. Pediu que cada um dissesse o que aprendera e o que continuava sem resposta.

— A ciência consegue medir sinais do corpo e certas relações materiais — disse Hélio. — Isso ajuda a descrever o que ocorre, mas não resolve sozinho tudo o que sentimos ou pensamos.

— E os relatos de passe, prece e pressentimento precisam ser ouvidos — acrescentou *Lucía* —, mas a experiência e a explicação que fazemos dela não são a mesma coisa.

Leonel lembrou que o conhecimento também se provaria nos caminhos, nos ofícios, no cuidado com os animais, nas relações de confiança e na proteção de quem estivesse vulnerável. Mateo observou que a turma não buscava uma resposta pronta para defender; desejava compreender o que poderia ser investigado e como o saber poderia servir à vida.

Demétrius reuniu as contribuições. O estudo deveria apresentar relações materiais que pudessem ser observadas; distinguir ciência, doutrina, relato, interpretação e hipótese; examinar perguntas sobre pensamento, magnetismo, prece, passe e influência atribuída ao espírito; e refletir sobre o uso responsável do conhecimento, o cuidado e a regeneração. Esses objetivos não eram conclusões: delimitavam o trabalho que os alunos poderiam realizar.

— Então, qual será o nosso objeto? — perguntou Inés.

Mateo respondeu, e os demais ajustaram a formulação: investigar possíveis pontos de contato entre fenômenos materiais — como energia, massa, movimento, tempo e magnetismo — e experiências atribuídas ao pensamento, à intenção e ao cuidado espiritual; distinguir o que pode ser observado e confirmado, o que permanece possível ou desconhecido e o que pertence à interpretação filosófica e espírita; e examinar de que modo esse conhecimento pode contribuir para o cuidado, a regeneração e o alívio das mazelas humanas.

Demétrius não declarou que o objeto estivesse resolvido. Disse que uma pergunta bem formulada não prova a resposta, mas impede que a busca se perca. Seu papel seria ajudar a turma a manter juntas a curiosidade e a prudência: reconhecer o que se sabe, admitir o que ainda não se sabe e não chamar hipótese de demonstração.

Sexta travessia — O retorno: memória, responsabilidade e serviço

O que a memória guarda: sofrimento, história e escolha de seguir

O quinto eixo reúne o que a turma aprendeu sobre matéria, cuidado, vida espiritual e responsabilidade coletiva. No entendimento espiritual que orienta esta narrativa, a lembrança das existências anteriores não precisa ser completa nem deve ser forçada. Há quem recorde muito, quem guarde fragmentos e quem não encontre utilidade em reviver uma angústia. Essa possibilidade é uma interpretação narrativa do autor, não uma regra doutrinária que se deva atribuir a Kardec ou uma conclusão científica.

— Ao desencarnar, todos voltaremos a enxergar cada passagem da própria história? — perguntou **Lucía**.

Demétrius respondeu que a memória não deveria ser convertida em obrigação de reviver. Recordar poderia ajudar a esclarecer uma escolha, reparar um vínculo ou transmitir um aprendizado; também poderia ser desnecessário quando a pessoa já pudesse seguir adiante e melhorar. A experiência vivida não autorizaria ninguém a humilhar ou reduzir outra pessoa ao erro. Se a lembrança viesse, deveria favorecer responsabilidade e progresso; se não viesse, a vida presente ainda ofereceria ocasiões para escolher melhor.

Na compreensão espiritual que dá forma a esta narrativa, a dor de uma existência mais recente e as condições do Espírito poderiam influir no que se consegue ou se deseja recordar. Isso não configura impedimento absoluto: se alguém quisesse recordar e se sentisse em condições de suportar a lembrança, poderia fazê-lo. A memória faria sentido quando esclarecesse uma escolha, ajudasse a reparar um vínculo ou transmitisse aprendizado — como quem conta histórias e estórias sem fazer do passado uma morada permanente. Essa é uma hipótese narrativa, não um resultado científico nem uma regra atribuída a Kardec.

Os três rios: História, Evangelho e mediunidade

Demétrius propôs que a turma examinasse **os três rios** que atravessavam sua história.

O primeiro era a História: as condições concretas de cada época, as violências sofridas, os caminhos percorridos, os ofícios aprendidos e as formas de sobrevivência. Um documento poderia confirmar um acontecimento institucional; não provaria, por si, uma lembrança reencarnatória.

O segundo rio era o Evangelho, não como ornamento ou resposta pronta, mas como pergunta dirigida à consciência: o que cada um faria com o poder, a percepção, a coragem, o conhecimento e os recursos que tivesse? A parábola do filho que retorna permitiria pensar a responsabilidade sem transformar o erro em identidade definitiva. O Cristo estaria nas consequências das escolhas: no cuidado, no perdão responsável, na proteção de quem estivesse vulnerável e na possibilidade de recomeçar.

O terceiro rio era a mediunidade, vivida e interpretada com prudência. **Lucía** aprenderia a perguntar primeiro o que percebera e depois o que imaginava que aquilo significasse. Sua tarefa não seria tornar-se dona dos sinais, mas colocá-los a serviço sem retirar de ninguém a liberdade de decidir. Uma experiência mediúnica poderia orientar uma pergunta; não dispensaria exame, responsabilidade ou discernimento.

Os rios não se confundiriam. Uma percepção mediúnica poderia ser importante para quem a vive, mas sua interpretação continuaria sujeita a exame. Uma convicção espiritual poderia dar sentido à trajetória, sem se apresentar como resultado científico. Distinguir essas camadas não fecha a investigação; permite atravessá-las sem chamar hipótese de fato.

Os livros de capa preta preservados por **Mocinha** oferecem um exemplo concreto dessa distinção. Como documentos, registram datas, participantes, perguntas e procedimentos de um

grupo em formação; como registros mediúnicos, conservam comunicações que aqueles participantes atribuíam aos Espíritos; quando esta obra aproxima Inés daquela mulher histórica, acrescenta uma terceira camada: a interpretação espiritual do autor. As três podem dialogar sem que uma seja utilizada como prova automática das outras (ABREU FILHO, 2026b).

Assim se completa o *quinto eixo*: a História oferece contexto e exige respeito pelos fatos; o Evangelho interpela a consciência; a mediunidade, quando integra a experiência, pede discernimento. Nenhum desses rios prova automaticamente os outros. Um documento institucional não demonstra reencarnação; uma experiência mediúnica não substitui um arquivo; uma convicção espiritual não se converte em resultado científico.

O arco se fecha no serviço

Na sequência espiritual proposta pelo autor, o *compromisso de servir* atravessaria diferentes encarnações e, muito depois, encontraria expressão em ações coletivas. A ligação entre essa trajetória e a história institucional da **SERTE** permanece uma interpretação narrativa, exposta na parte anterior; em 1550, a instituição ainda não existia nem era um destino garantido por promessa espiritual.

No desenho do arco, o ponto em que a curva muda de direção não é necessariamente, em matemática, um ponto de inflexão. Aqui, “inflexão” é empregado como metáfora ética: o momento em que a experiência pode mudar o rumo das escolhas. Também é preciso delimitar a imagem do “retorno ao Todo”: a questão 150 de O Livro dos Espíritos afirma a conservação da individualidade após a morte. Esse é um princípio doutrinário espírita adotado pelo autor; o arco, por sua vez, é metáfora filosófica da narrativa, não descrição física da pessoa (Kardec, 1857, q. 150).

A turma não receberia uma lembrança pronta de cada vida. Poderiam reaparecer disposições, perguntas e desafios morais: acolher sem dominar; usar o conhecimento sem transformá-lo em privilégio; cuidar sem prometer o que não se pode garantir; fazer do trabalho, da família, da mediunidade e da organização coletiva meios de servir. Uma habilidade ou intuição, por si, não provaria uma vida anterior. Na narrativa, esses elementos dão corpo à hipótese de continuidade e convidam cada personagem a responder pelo que faz no presente.

O elo entre as épocas estaria menos numa lembrança perfeita do que na possibilidade de transformar experiências acumuladas em acolhimento, educação, assistência, cuidado com crianças e idosos e alívio das mazelas humanas.

Lucía perguntou se esse seria o único caminho capaz de aproximar alguém de Deus. Demétrius respondeu que, se tudo procede do Criador, muitas experiências podem ensinar a criatura a reconhecer a vida, a responsabilidade e o bem. Nenhum caminho deveria declarar-se dono de Deus. A compreensão espiritual do grupo se avaliaria também pelos frutos que produzisse: mais cuidado, liberdade responsável, justiça e disposição para servir.

Há um tempo de saber e um tempo de dizer

Lucía perguntou por que, se os espíritos conheciam relações que a Terra ainda não compreendia, não transmitiam todo esse conhecimento aos encarnados.

— Porque preparar não é despejar respostas — disse Demétrius. — Na matéria, vocês precisarão observar, nomear, comparar e verificar. Se eu lhes entregar uma conclusão sem o percurso que a sustenta, ela poderá virar crença repetida, não conhecimento incorporado. O trabalho terrestre também precisa ser feito pelos encarnados, com os instrumentos e as ideias de seu tempo.

Demétrius explicou que alguns princípios poderiam ser antecipados no plano espiritual para orientar o discernimento, mas que não lhe cabia ultrapassar a finalidade da aula. As ideias morais e espirituais teriam seu momento de apresentação na Terra; parte delas seria organizada séculos depois por Kardec. A física material seguiria outro percurso e não deveria ser atribuída a Kardec. Em missões e ocasiões excepcionais, sob orientação da espiritualidade superior e conforme a finalidade e as condições de compreensão de quem recebe, algum conhecimento poderia ser antecipado; isso não se converteria em licença geral para revelar tudo.

— Sei mais do que posso dizer aqui — concluiu. — Quando me detenho, não é por desconhecimento, mas por comedimento. A humanidade ainda estudará a matéria e alcançará respostas que hoje não devo adiantar. Posso ajudá-los a formular perguntas e preparar-se para servir; não posso tomar o lugar do esforço que lhes caberá em cada existência.

Demétrius percebeu que a turma ainda media a preparação pelo que conseguiria realizar.

— Em outras tentativas, vocês começaram pelo fazer. Planejaram, reuniram pessoas e multiplicaram tarefas, mas muitas vezes se perderam: a pressa de produzir tomou o lugar da escuta, e o desejo de conduzir os outros enfraqueceu a disposição de servir.

Lucía perguntou se, então, deveriam esperar até saberem servir perfeitamente.

— Não esperem estar prontos para cuidar — respondeu Demétrius. — Mas aprendam que o serviço começa no ser: na humildade para ouvir, na justiça para reconhecer o dano, na paciência para respeitar o tempo do outro e na coragem de repartir responsabilidades. O fazer tem valor quando expressa essas disposições; sozinho, pode voltar a nos desviar.

Hélio perguntou como compreender, nessa preparação, o convite de Jesus: “Sede perfeitos” (Mt 5:48).

— Como direção, não como vaidade de já nos julgarmos perfeitos — disse Demétrius. — É um chamado a ampliar o amor e a transformar o modo como tratamos cada pessoa. Servir é deixar que o bem trabalhe primeiro em nós e, então, dê sentido ao que fazemos. Não se trata de fazer menos por princípio; trata-se de não confundir atividade com transformação.

— E quantos participarão dessa preparação? — perguntou **Leonel**.

— O ponto de partida reúne cerca de quatrocentas pessoas, quase toda a corrente envolvida: quem sofreu danos, quem os causou e outros companheiros. Na memória espiritual que orienta esta obra, alguns se mostram claramente no plano astral; outros estão encarnados no plano físico. Não terão tarefas idênticas nem serão peças de um plano. Cada qual precisará escolher como servir onde estiver.

A turma não saiu dali com uma lista de tarefas nem com a promessa de uma obra pronta. Saiu com um *eixo*: preparar o ser, aprender a servir e deixar que o fazer nascesse desse compromisso. A quantidade de participantes, seus planos de existência e essa preparação pertencem à memória espiritual do autor, não a um registro histórico verificável.

O *quinto eixo* encerrava as aulas, não a busca. A matéria oferecia perguntas; a espiritualidade, sentidos e hipóteses; a vida, o campo das escolhas. O aprendizado se confirmaria no cuidado concreto com o outro.

O arco que atravessa o livro é uma imagem filosófico-espiritual: partir do Todo, viver uma existência particular, aprender com as consequências e voltar a reconhecer uma origem comum. Não é uma trajetória física medida nem uma descrição que a ciência tenha demonstrado. Na experiência humana, o retorno ganha sentido quando o que foi aprendido transforma escolhas e vínculos.

Por isso, a obra termina onde seu objeto se torna compromisso. Investigar não significa usar a ciência como confirmação da fé nem restringir a fé ao que já se pode medir. Significa dar a cada afirmação o estatuto que lhe cabe, preservar perguntas abertas e perguntar o que o conhecimento faz por quem vive ao nosso redor. O serviço concreto — acolher, ensinar, proteger, organizar, dividir responsabilidades — é o terreno em que a hipótese moral se prova como disposição, ainda que não se torne lei física.

Conclusão — Da matéria ao espírito, do saber ao servir

O percurso começou pelas relações materiais que podem ser observadas e medidas. Massa e energia têm uma relação física precisa; partículas, campos, eletricidade e magnetismo produzem efeitos sob condições definidas; o corpo depende de sinais eletroquímicos; materiais podem responder a estímulos sem que isso prove pensamento. Esses resultados oferecem bases para perguntas, mas não autorizam atribuir à física conclusões sobre Deus ou o espírito que ela não mediu.

Ao aproximar-se do pensamento, do pressentimento, do passe, da prece e da cura, o livro distinguiu experiência, interpretação, doutrina e mecanismo. Relatos espirituais podem motivar investigação e ter valor existencial para quem os vive. Para sustentar uma causa física ou espiritual, contudo, são necessários critérios próprios. A hipótese de que pensamento ou ação espiritual influenciem matéria por canal ainda desconhecido permanece aberta nesta obra; não é uma descoberta científica apresentada como fato.

Os objetivos são atendidos como percurso de investigação e formação: descrevem-se relações materiais relevantes; diferenciam-se os estatutos das afirmações; examinam-se perguntas sobre pensamento, magnetismo, prece, passe e influência à distância; relacionam-se esses aprendizados às necessidades concretas da comunidade narrada; e considera-se o uso do conhecimento no cuidado, na responsabilidade coletiva e no serviço. A conclusão não é que todas as hipóteses foram confirmadas. É que agora podem ser examinadas com maior clareza, sabendo o que a evidência permite afirmar e o que continua por conhecer.

A falange em 1550 aprende para além de uma única encarnação. O exercício de fixação não pretende que cada vida conserve fórmulas intactas, mas que reaprenda a perguntar, observar e servir. Parte do conhecimento espiritual, na visão narrativa do autor, pode anteceder sua formulação terrestre; a chegada de Kardec e as descobertas das ciências pertencem, porém, a tempos e percursos próprios. Demétrius sabe mais do que revela e respeita os limites de sua tarefa. Antecipações excepcionais não substituem o esforço dos encarnados nem anulam o comedimento.

A história da comunidade cigana continua sendo a história particular que o autor atribui à falange. A violência sofrida não é tratada como merecida nem generalizada para todos os povos ciganos. A aproximação narrativa com a SERTE não transforma a cronologia espiritual em prova institucional: 1956 permanece o ano de criação registrado pela entidade, enquanto a lembrança de acolhimentos na Cachoeira por volta de 1964–1965 não está confirmada pelos documentos institucionais consultados.

A imagem do arco, do Todo à experiência e da experiência ao retorno, permanece como orientação filosófico-espiritual. Seu resultado prático está no presente: conhecimento que reconhece limites, fé que não se apresenta como medição e serviço que não promete mais do que pode oferecer. O movimento da matéria ao espírito encontra sua direção humana quando o ser se transforma: o saber se faz cuidado e responsabilidade compartilhada, e o fazer passa a expressar uma disposição verdadeira de servir.

Chegar da matéria ao espírito, portanto, não significa abandonar a matéria nem pretender que a ciência demonstre aquilo que ainda não pode medir. Significa reconhecer que o conhecimento do mundo físico, quando encontra a consciência, passa a exigir uma pergunta sobre finalidade, responsabilidade e uso. A matéria nos oferece o campo da experiência; o espírito, na compreensão que orienta esta obra, responde pelo sentido que damos a essa experiência. Entre ambos permanece uma região ainda aberta à investigação. O que já podemos afirmar é mais simples e talvez mais exigente: todo conhecimento que amplia nossa capacidade de agir também amplia nossa responsabilidade diante da vida.

Referências e bases de consulta

As referências identificam as fontes efetivamente consultadas: páginas e documentos disponíveis na Web aberta e textos trazidos pelo autor para leitura. A busca na Web foi seletiva, não exaustiva; podem existir outras informações que não foram acessadas. Conteúdos de links ou vídeos sem acesso integral ou sem transcrição verificável não foram usados como prova.

Para páginas sem data de publicação, mantenho a indicação convencional [s. d.]; quando a edição consultada não pôde ser identificada, essa limitação é declarada sem completar os dados por suposição.

- ABREU FILHO, Hélio. História do achado do livro de registros mediúnicos: 1955 a 1968. Manuscrito compilado a partir de registros mediúnicos e memórias da SERTE, fornecido pelo autor para leitura, 2026b.
- ASSOCIAÇÃO IRMÃO JOAQUIM. *Quem somos*. Florianópolis, [s. d.]. Disponível em: <https://asiloirmaojaquim.org/proposito/>. Acesso em: 25 set. 2026.
- BÍBLIA. Novo Testamento. Evangelho segundo Mateus, 5:43–48; Evangelho segundo Lucas, 7:1–10; Evangelho segundo João, 4:46–54. Tradução e edição consultadas pelo autor não identificadas.
- BOWER, J. E.; KUHLMAN, K. R. Psychoneuroimmunology: an introduction to immune-to-brain communication and its implications for clinical psychology. *Annual Review of Clinical Psychology*, v. 19, p. 331–359, 2023. DOI: 10.1146/annurev-clinpsy-080621-045153. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36791765/>. Acesso em: 25 set. 2026.
- CERN. *The Higgs boson*. [s. d.]a. Disponível em: <https://home.cern/science/physics/higgs-boson/>. Acesso em: 25 set. 2026.
- CERN. *The Standard Model*. [s. d.]b. Disponível em: <https://home.cern/science/physics/standard-model/>. Acesso em: 25 set. 2026.
- CLARKE, D. D.; SOKOLOFF, L. Regulation of cerebral metabolic rate. In: SIEGEL, G. J. et al. (ed.). *Basic Neurochemistry: Molecular, Cellular and Medical Aspects*. 6. ed. Philadelphia: Lippincott-Raven, 1999. cap. 31. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK28194/>. Acesso em: 26 set. 2026.
- COHEN, D. Magnetoencephalography: evidence of magnetic fields produced by alpha-rhythm currents. *Science*, v. 161, n. 3843, p. 784–786, 1968. DOI: 10.1126/science.161.3843.784.
- EINSTEIN, A. Ist die Trägheit eines Körpers von seinem Energieinhalt abhängig? *Annalen der Physik*, v. 18, p. 639–641, 1905. DOI: 10.1002/andp.19053231314.
- HARI, R. et al. IFCN-endorsed practical guidelines for clinical magnetoencephalography (MEG). *Clinical Neurophysiology*, v. 129, n. 8, p. 1720–1747, 2018. DOI: 10.1016/j.clinph.2018.03.042. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29724661/>. Acesso em: 25 set. 2026.
- HODGKIN, A. L.; HUXLEY, A. F. A quantitative description of membrane current and its application to conduction and excitation in nerve. *The Journal of Physiology*, v. 117, n. 4, p. 500–544, 1952. DOI: 10.1113/jphysiol.1952.sp004764.
- KARDEC, Allan. *A Gênese: os milagres e as predições segundo o Espiritismo*. 1868. Capítulos XIV e XV. Disponível em: <https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/888/agenese-os-milagres-e-as-predicoes-segundo-oespiritismo>. Acesso em: 25 set. 2026.
- KARDEC, Allan. *O Evangelho segundo o Espiritismo*. 1864. Capítulo V, item 27. Disponível em: <https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/887/o-evangelho-segundooespiritismo>. Acesso em: 25 set. 2026.
- KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. 1857. Questões 1, 27, 150, 392–399 e 780. Disponível em: <https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/2/o-livro-dos-espiritos>. Acesso em: 26 set. 2026.
- KARDEC, Allan. *O Livro dos Médiuns ou Guia dos médiuns e dos evocadores*. 1861. Parte II, capítulos I, II e V. Disponível em: <https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/884/o-livro-dos-mediuns-ou-guia-dos-mediuns-e-dos-evocadores>. Acesso em: 25 set. 2026.
- NASA. *COBE Science: top discoveries*. [s. d.]a. Disponível em: <https://science.nasa.gov/mission/cobe/science/>. Acesso em: 25 set. 2026.
- NASA. *Cosmic Rays: Introduction*. [s. d.]b. NASA Goddard Space Flight Center. Disponível em: https://imagine.gsfc.nasa.gov/science/toolbox/cosmic_rays1.html. Acesso em: 25 set. 2026.
- NASA. Early Universe. NASA Science, [s. d.]c. Disponível em: <https://science.nasa.gov/mission/webb/early-universe/>. Acesso em: 26 set. 2026.
- NASA. Visible light. NASA Science, [s. d.]d. Disponível em: https://science.nasa.gov/ems/09_visiblelight/. Acesso em: 26 set. 2026.
- NATIONAL CENTER FOR COMPLEMENTARY AND INTEGRATIVE HEALTH. *Magnets for pain: what you need to know*. Atualizado em 2024. Disponível em: <https://www.nccih.nih.gov/health/magnets-for-pain-what-you-need-to-know>. Acesso em: 25 set. 2026.
- NATIONAL INSTITUTE OF MENTAL HEALTH. *Magnetoencephalography (MEG) Core Facility*. [s. d.]. Disponível em: <https://www.nimh.nih.gov/research/research-conducted-at-nimh/research-areas/research-support-services/meg>. Acesso em: 25 set. 2026.
- NATIONAL INSTITUTE OF STANDARDS AND TECHNOLOGY (NIST). *Einstein was right (again): experiments confirm that $E = mc^2$* . 21 dez. 2005. Disponível em: <https://www.nist.gov/news-events/news/2005/12/einstein-was-right-again-experiments-confirm-e-mc2>. Acesso em: 25 set. 2026.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL. *The Earth's Electrical Environment*. Washington, DC: National Academy Press, 1986. cap. “Electrical Conductivity, Columnar Resistance, and Global Resistance”. DOI: 10.17226/898. Disponível em: <https://nap.nationalacademies.org/read/898/chapter/136>. Acesso em: 26 set. 2026.

NATIONAL WEATHER SERVICE. *Medical Aspects of Lightning*. [s. d.]. Disponível em: <https://www.weather.gov/safety/lightning-medical>. Acesso em: 25 set. 2026.

OPENSTAX. *University Physics*. Volume 2. Seções 5.3, 12.5 e 13.1. [s. d.]. Disponível em: <https://openstax.org/books/university-physics-volume-2/pages/5-3-coulombs-law>; <https://openstax.org/books/university-physics-volume-2/pages/12-5-amperes-law>; <https://openstax.org/books/university-physics-volume-2/pages/13-1-faradays-law>. Acesso em: 25 set. 2026.

OSHA. Equipotential Zone; Live Line/Bare Hand Work and Tools. Occupational Safety and Health Administration, [s. d.]. Disponível em: <https://www.osha.gov/etools/electric-power/hazardous-energy-control/equipotential-zone>; <https://www.osha.gov/etools/electric-power/energized-deenergized-work/live-line-bare-hand-work>. Acesso em: 26 set. 2026.

PURVES, D. et al. *Neuroscience*. 2. ed. Sunderland (MA): Sinauer Associates, 2001. Capítulos sobre sinais elétricos neuronais e movimentos iônicos. NCBI Bookshelf. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK11053/>; <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK11054/>. Acesso em: 25 set. 2026.

RAINVILLE, S. et al. World Year of Physics: a direct test of $E = mc^2$. *Nature*, v. 438, n. 7071, p. 1096–1097, 2005. DOI: 10.1038/4381096a.

SERTE. História. Florianópolis, [s. d.]a. Disponível em: <https://serte.org.br/a-serte/historia/>. Acesso em: 26 set. 2026.

SERTE. Livro conta a história dos 60 anos da SERTE. Florianópolis, [s. d.]b. Disponível em: <https://serte.org.br/livro-counta-a-historia-dos-60-anos-da-serte/>. Acesso em: 26 set. 2026.

SERTE. Quem somos. Florianópolis, [s. d.]c. Disponível em: <https://serte.org.br/a-serte/quem-somos/>. Acesso em: 26 set. 2026.

SERTE. Transparência e governança. Florianópolis, [s. d.]d. Disponível em: <https://serte.org.br/a-serte/transparencia-governanca-2/>. Acesso em: 26 set. 2026.

WANG, N. et al. Emission rates of volatile organic compounds from humans. *Environmental Science & Technology*, v. 56, n. 8, p. 4838–4848, 2022. DOI: 10.1021/acs.est.1c08764. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35389619/>. Acesso em: 26 set. 2026.

WANG, Q. et al. Magnetoactive liquid-solid phase transitional matter. *Matter*, v. 6, n. 3, p. 855–872, 2023. DOI: 10.1016/j.matt.2022.12.003.

YANG, Y.-B. et al. Proton mass decomposition from the QCD energy-momentum tensor. *Physical Review Letters*, v. 121, n. 21, 212001, 2018. DOI: 10.1103/PhysRevLett.121.212001.

Fontes históricas para Santa Cília e o corredor pirenaico

ABREU FILHO, Hélio. A Nossa Corrente, Memórias, Caminhos, Reencontros. Edição revista, 2026a. Manuscrito em PDF fornecido pelo autor para leitura.

ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGÓN. Safe-conduct for a Roma (1425). Ministerio de Cultura, España. Disponível em: <https://www.cultura.gob.es/archivos-aca/en/actividades/documentos-para-la-historia-de-europa/gitanos.html>. Acesso em: 26 set. 2026.

AYUNTAMIENTO DE SANTA CILIA. Historia de Santa Cília. [s. d.]a. Disponível em: <https://www.santacilia.es/historia>. Acesso em: 26 set. 2026.

AYUNTAMIENTO DE SANTA CILIA. Santa Cília. [s. d.]b. Disponível em: <https://www.santacilia.es/santa-cilia>. Acesso em: 26 set. 2026.

ESCÓ SAMPÉRIZ, Carlos. Alfares, alfareros y producción cerámica en la Huesca medieval: siglos X–XV. *Bolskan*, n. 3, p. 169–198, 1986. Disponível em: <https://revistas.iea.es/index.php/BLK/article/view/874/871>. Acesso em: 26 set. 2026.

XUNTA DE GALICIA. The French Way. [s. d.]. Disponível em: <https://www.caminodesantiago.gal/en/make-plans/the-ways/french-way>. Acesso em: 26 set. 2026.

GOBIERNO DE ARAGÓN. DARA: Concejo de Jaca. Zaragoza, [s. d.]. Disponível em: <https://dara.aragon.es/opac/doma/instLoc-Jaca.jsp>. Acesso em: 28 set. 2026.

TURISMO DE ARAGÓN. Camino de Santiago por Aragón. Zaragoza, [s. d.]. Disponível em: <https://www.turismodearagon.com/aragon/camino-de-santiago-por-aragon/>. Acesso em: 28 set. 2026.

VILLANUEVA MORTE, Concepción. Estudio de la producción y comercialización de la cerámica bajomedieval entre los reinos de Aragón y Valencia. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, n. 14, p. 249–287, 2003–2006. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/11588/1/Historia_Medieval_14_10.pdf. Acesso em: 28 set. 2026.